



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

**Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS**  
**Mestrado em Museologia e Patrimônio**

**A ‘MACEGUENTA’ MEMÓRIA SOCIAL  
NA POLÍTICA CULTURAL  
DA ‘AZAMBOADA’  
CAMPOS DOS GOYTACAZES**

*Maria Azevedo Moretto*

**UNIRIO / MAST - RJ, Fevereiro de 2011**

#### Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

X000 Moretto, Maria Azevedo.

A 'maceguenta' memória social na política cultural da 'azamboada' Campos dos Goytacazes / Maria Azevedo Moretto.

2010.

000 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Alves de Moraes.

Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) –  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/  
Museu de Astronomia e Ciências Afins/  
Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, 2009.  
Bibliografia: f. 000.

1. Patrimônio 2. Dispositivo 3. Política Cultural 4. Campos dos Goytacazes  
5. Ocultamento

I. Loureiro, Maria Azevedo Moretto. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. *Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio*. III. Museu de Astronomia e Ciências Afins (*Brasil*). IV. Título.

CDU – 000

# A 'MACEGUENTA' MEMÓRIA SOCIAL NA POLÍTICA CULTURAL DA 'AZAMBOADA' CAMPOS DOS GOYTACAZES

*por*

***Maria Azevedo Moretto,***

*Aluna do Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio*

*Linha 02 – Museu, Patrimônio e Desenvolvimento*

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Museologia  
e Patrimônio.

Orientador: Professor Doutor Nilson Alves de  
Morais

*UNIRIO/MAST - RJ, Fevereiro de 2011*

*Para quem não sabia onde errou.*

Ao Prof. José Mauro e à Sabrina.

## RESUMO

MORETTO, Maria Azevedo. **A ‘maceguenta’ memória social na política cultural da ‘azamboada’ Campos dos Goytacazes.** Orientador: Prof. Dr. Nilson Alves de Moraes. UNIRIO/MAST. 2010. Dissertação.

Analisa os processos de construção do patrimônio cultural de Campos dos Goytacazes realizados pelas instâncias governamentais do município, considerando as condicionantes que ensejam ocultamentos a partir da dicotomia memória/esquecimento e pertencimento/exclusão. Para tanto, utiliza a noção de “dispositivo” desenvolvida por Michel Foucault (1979,1985). Em seguida, faz uma síntese histórica do município de Campos dos Goytacazes e do Canal Campos-Macaé. Por fim, propõe, a partir dos conceitos de Estado, memória social e patrimônio, que as políticas culturais implementadas, ou não, por cada representante público constituem uma trama possuidora de função estratégica que se transforma em diferentes momentos históricos.

Palavras-chave: patrimônio – dispositivo – política cultural - Campos dos Goytacazes – ocultamento.

## ***ABSTRACT***

MORETTO, Maria Azevedo. **A ‘maceguenta’ memória social na política cultural da ‘azamboada’ Campos dos Goytacazes.** Advisor: Prof. Dr. Nilson Alves de Moraes. UNIRIO/MAST. 2010. Dissertation.

Analyzes the construction of the cultural heritage of Campos dos Goytacazes made by government bodies of the municipality, considering the constraints that resulted in concealment from the dichotomy between memory and forgetting, and belonging / exclusion. To that end, uses the term “device” developed by Michel Foucault (1979.1985). Then, do a brief history of the city of Campos dos Goytacazes and Canal Macaé - Campos. Finally, it proposes the concepts of state, collective memory and heritage, the cultural policies implemented or not, in a public representative is a complex possessing strategic function becomes different historical moments.

Keywords: equity - device - cultural policy - Campos dos Goytacazes - concealment.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>1. FOUCAULT E O DISPOSITIVO</b> .....	17
<b>2. CAMPOS DOS GOYTACAZES</b> .....	26
2.1 SÍNTESE HISTÓRICA .....	28
2.2 CANAL CAMPOS-MACAÉ .....	42
<b>3. PATRIMÔNIO, POLÍTICA CULTURAL E OCULTAMENTO</b> .....	53
3.1 MEMÓRIA SOCIAL .....	54
3.2 A QUESTÃO PATRIMONIAL .....	56
3.3 A QUESTÃO MUSEOLÓGICA .....	58
3.4 POLÍTICAS CULTURAIS .....	64
<b>4. POLÍTICAS PÚBLICAS E CULTURAIS: CAMPOS DOS GOYTACAZES 1980 - 2009</b> .....	68
4.1 POLÍTICA PARTIDÁRIA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES ..	72
4.2 A POLÍTICA PATRIMONIAL NO MUNICÍPIO DE CAMPOS ....	78
<b>5. CONSIDERAÇÕES GERAIS</b> .....	88
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	93
<b>ANEXOS</b> .....	102
ANEXO I .....	103
ANEXO II .....	105
ANEXO III .....	107
ANEXO IV .....	109



# **INTRODUÇÃO**

## INTRODUÇÃO

A grande proporção de africanos no município de Campos dos Goytacazes determinava que a língua portuguesa não fosse utilizada por boa parte dos habitantes (Barcelos, 1992; Novais, 1997; Silva, 1984). Originou-se, então, uma espécie de dialeto que combinava o português com as línguas nativas. Algumas palavras, que demonstram e enriquecem o curioso universo lingüístico da região, como 'maceguenta' e 'azamboada', permanecem na fala diária da população.

Segundo o dicionário, 'maceguento' é o mesmo que 'macegoso', adjetivo utilizado para qualificar o campo abundante em macega, um arbusto rasteiro que cresce, geralmente, em campos de qualidade inferior. O termo 'macega' também é usado para o capim dos campos quando está muito grande a ponto de atrapalhar o trânsito. 'Maceguento' ainda qualifica o campo em que a macega já está quase madura. 'Azamboado', adjetivo oriundo do verbo azamboar, pode significar insípido, sem graça, enfadonho, monótono. Outra definição é tonto, ou mesmo fatigado, indisposto, moído. Os adjetivos "maceguenta" e "azamboada", como empregado no título, fazem parte da linguagem da baixada goytacá, significando, respectivamente, maltratado e atarantado. A escolha dessas palavras considerou os muitos recursos utilizados pela população dessa região para adaptar-se ao sistema lingüístico.

A partir dessas observações estabelecemos o objetivo do trabalho; analisar os processos de construção do patrimônio cultural, musealizado ou não, de Campos dos Goytacazes, realizados pelas instâncias governamentais do município, considerando as condicionantes que ensejam ocultamentos a partir da dicotomia memória/esquecimento e pertencimento/exclusão. Para tanto, utilizamos a noção de "dispositivo" tal como desenvolvida por Michel Foucault (1979,1985).

Em termos metodológicos, realizamos uma análise sócio-cultural do município de Campos dos Goytacazes, norte do Estado do Rio de Janeiro, e pesquisa teórico-metodológico da temática. Analisar políticas culturais não é das tarefas mais fáceis, devido aos seus objetivos incertos, que podem ser de natureza política, econômica ou cultural, e a grande variedade de efeitos que se busca na sua formulação e aqueles alcançados. Esse estudo considera a

coerência entre o que se diz buscar e o que se faz de concreto para alcançar essa busca, afinal, a política cultural está inserida num contexto que a influencia de diversas formas, determinando resultados relativos. Assim, a análise das políticas privilegia alguma parte, sejam os agentes que formulam as leis, os que a aplicam, o público, o processo ou o bem cultural em si (Coelho, 1997, p. 64-66). Considerando as múltiplas forças que influenciam as políticas culturais e que seu estudo seria o somatório das diferentes perspectivas a avaliar, procuramos o contexto de criação das políticas culturais do município de Campos dos Goytacazes, os governos e processos em que foram elaboradas e a concretização (ou não) dessa legislação, e a relação do governo e da população com o bem patrimonial em si.

Foucault atribui aos diversos elementos do “dispositivo” que se expandem pela sociedade uma função disciplinadora. Esses componentes que ao mesmo tempo produzem e intensificam o “dispositivo” em suas relações não produzem mecanismos de dominação estáticos. A saída proposta pelo autor é que nem o poder, nem o saber são totais. O poder e o saber implicam em uma resistência, portanto a existência dessas palavras no linguajar local configuraria uma das formas de resistência nos quadros dos “dispositivos” foucaultianos.

A análise da natureza das relações entre política cultural, patrimônio e esquecimento/memória no “dispositivo” está em reconhecer como funcionam tais práticas, sejam elas discursivas ou não, o que produzem e o que não produzem e a forma como essas práticas se orientam. Por exemplo, a relação entre esses elementos pode, ou não, resultar em um Museu.

Parte-se do pressuposto de que na produção de uma política cultural não se repudie a própria historicidade, dando conta da participação dos múltiplos valores simbólicos da municipalidade. Portanto, consideramos para os objetivos aqui propostos o conceito de patrimônio como o sentimento de “fazer parte”.

No primeiro capítulo apresentamos o aporte teórico da pesquisa, a noção de “dispositivo” desenvolvida por Michel Foucault (1926 – 1984). O pensamento filosófico desse autor, situado dentro de uma filosofia do conhecimento, foi influenciado pelos trabalhos de Nietzsche, Heidegger, Althusser e Canguilhem. A dimensão política da obra de Foucault está em

antes de se ver tolhido pelo “dispositivo”, focar sua análise nas lutas de transformação das estruturas de poder vigentes engendradas pelo indivíduo e pela coletividade.

A apresentação de Campos dos Goytacazes, município do Estado do Rio de Janeiro, desenvolvida através de uma síntese histórica, relatando seus principais momentos do início do povoamento e as pessoas que imigraram para essa região, sua elevação à categoria de cidade, crescimento econômico e a relação desses com as políticas culturais do município entre 1980 e 2009. O Canal Campos-Macaé é o tópico especial no segundo capítulo. Ainda que seu trajeto perspasse por diversos municípios fluminenses, Campos, Carapeus, Quissamã e Macaé, o enfoque está na relação dessa construção com o município de Campos dos Goytacazes.

Para justificar a escolha do Canal como objeto de estudo, consideraremos a observação de Weichert (2005) entre a história do canal brasileiro e o de Suez. O primeiro antecedeu a construção do segundo no Egito<sup>1</sup>, levando a comparação entre eles no Brasil do século XIX.

Segundo estudiosos, muito provavelmente, o canal Campos-Macaé, é a maior e mais importante obra de engenharia no Brasil no século XIX, realizada por brasileiros, com dinheiro brasileiro. Nele de “importado” havia além das ferramentas, em geral inglesas, os escravos “importados” da África, se bem que destes uma parte já havia nascido no país (Weichert, 2005, p. 270).

Enquanto o canal brasileiro foi construído, quase que exclusivamente, pelo esforço braçal do escravo, o de Suez usufruiu o melhor que havia na engenharia européia, o trabalho operário, máquinas a vapor, dragas flutuantes, além de trabalhar na maior parte do trajeto em solo seco.

Freire (1847) informa que quando visitou as obras em 1847 acompanhando o Imperador Pedro II, o Canal Campos-Macaé possuía uma largura de cinquenta (50) palmos nos trechos escavados e uma profundidade

---

<sup>1</sup> O Canal de Suez foi pensado, pelo francês Ferdinand Vicomte de Lesseps, para interligar o trânsito entre o mar mediterrâneo e o mar vermelho, buscando facilitar os transportes entre Europa e Ásia (Weichert, 2005, p. 270).

de oito (08) palmos<sup>2</sup>. Sobre seu percurso, hoje se considera que o canal tem cento e seis (106) quilômetros de extensão<sup>3</sup>.

Todo escavado pelo braço escravo, o canal foi inaugurado em 1861, ligando o rio Paraíba do Sul, a lagoa Feia e o rio Macaé. Nessa obra, parte das lagoas da região desapareceu como a lagoa do “Osório”, do “Sítio Velho”, do “Balsedo”, da “Travagem”, “Cinza”, do “Morcego”, da “Capivara”, entre outras. As lagoas mais profundas só foram esgotadas parcialmente, como a do “Jesus”, “Paulista” e “Carapebus”, sendo sua maioria pertencente à bacia da “Lagoa Feia”.

A construção do Canal de Suez recebia incentivos financeiros, levando apenas dez (10) anos, enquanto o canal brasileiro precisaria de dezoito (18) anos para ser finalizado, fruto das dificuldades financeiras (para sua construção dividiu-se o canal em trechos arrematados por diversos executores) e diminuição do interesse pela obra<sup>4</sup>.

Apesar do volume mais modesto do Canal Campos-Macaé, Weichert (2005, p. 283), compara seu comprimento ao canal “Volga-Dom”, na Rússia, construído pelo regime soviético. Esse autor acredita que o canal brasileiro está entre os mais longos do mundo, sendo todos os outros de construção bem mais recentes. Contudo, o Campos-Macaé não seria citado por não ser mais utilizado e por ser mais modesto.

Já no início do século XX, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) passou a utilizar alguns trechos do canal para drenagem de águas estagnadas.

Em abril/maio 2000, um grupo de quatro rapazes de Petrópolis-RJ, da equipe “Fronteira Aberta” com duas canoas tipo canadenses, entrou com estas no canal na fazenda Machadinhas ao norte da cidade de Quissamã, percorrendo-o em direção ao sul, por entre verdes pastos com gado e poucas casas, estreitas florestas. Em certo trecho, por estar aí o canal impedido por plantas, tiveram que carregar as canoas por cerca de 2 km. Adiante, já no perímetro urbano de Quissamã, na

---

<sup>2</sup> Sendo o palmo equivalente a vinte e dois (22) cm, a largura seria de onze (11) metros (50 palmos), e a profundidade de um metro e setenta e seis centímetros (1,76m) (08 palmos).

<sup>3</sup> O Canal de Suez possuía inicialmente 160 Km hoje apresenta 195 Km de comprimento, 190 m de largura e 20 m de profundidade.

<sup>4</sup> O Canal de Suez foi inaugurado com a estréia da ópera “Aida”, de Giuseppe Verdi.

época a navegação também era impossibilitada pela vegetação. Assim com o auxílio de amigos locais foram de caminhão até Embiú onde acamparam. Na manhã seguinte, atrasados por chuva retomaram a navegação. Os pastos desapareceram ao entrarem no Parque Nacional e surgiram florestas, territórios com cactáceas e bromélias. Disseram depois: “Nos quilômetros que precedem a chegada à lagoa de Carapebus, o canal assume ares de uma paisagem encantada – denunciando em esforço descomunal para sua construção no século XIX – e a floresta avança seus galhos mais altos sobre o canal, criando um corredor indescritível”, e acrescentaram: “Trata-se de um ambiente que, à semelhança de um templo, convida à contemplação”. (Weichert, 2005, p. 298).

No ano 2000, um grupo de pesquisadores da Universidade Estadual Norte Fluminense (UENF), Universidade Federal Fluminense (UFF), Instituto Federal Fluminense (IFF, antigo Cefet/Campos) e Prefeitura Municipal de Campos entraram com um pedido de tombamento do Canal Campos-Macaé. A Secretaria de Estado de Cultura decretou um tombamento provisório em 30 de dezembro de 2002<sup>5</sup>, reconhecendo seu valor como patrimônio histórico, cultural e paisagístico, o que nos leva a acreditar que poderia ter se tornado um museu de território. Contudo, em abril de 2004, a então governadora do Estado do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho, vetou esse tombamento, e a Câmara de Deputados do Rio de Janeiro, ALERJ, não derrubou esse veto.

A legislação federal de preservação de bens culturais existe no país desde 1937. Por incentivo do governo federal, a criação dos conselhos de cultura no âmbito estadual é da década de 1970 e dos conselhos municipais da década de 1980. O patrimônio inicialmente instituído de forma reducionista como histórico, passa a agregar a denominação cultural, promovendo a ampliação de sua perspectiva, incorporando a dimensão testemunhal do cotidiano e os feitos intangíveis (Gutiérrez, 1992, p. 121).

No capítulo seguinte, sendo o “dispositivo” heterogêneo e dinâmico, busca-se refletir a respeito da inter-relação de seus elementos, especificamente do patrimônio e do museu, e do esquecimento/memória, não como mecanismos de apoio a ação do poder público municipal, mas como outras formas de exercício do poder, tão indispensáveis quanto o Estado.

---

<sup>5</sup> Resumo do processo de tombamento do Canal Campos-Macaé junto ao INEPAC está disponível em: [http://www.inepac.rj.gov.br/modules.php?name=Guia&file=consulta\\_detalhe\\_bem&idbem=99](http://www.inepac.rj.gov.br/modules.php?name=Guia&file=consulta_detalhe_bem&idbem=99)

O estudo das políticas culturais considera a importância de perceber como atua o Estado brasileiro e sua relação com as políticas públicas, entre elas as relacionadas à cultura. Partindo dessas relações, analisamos os mecanismos utilizados no processo de seleção, preservação e divulgação do patrimônio cultural através dos museus que privilegiam ou ocultam acontecimentos, sujeitos e contextos sócio-históricos específicos em detrimento de outros. Esse panorama é o que se faz no quarto capítulo. Recortamos especificamente, a política cultural de Campos dos Goytacazes entre os anos de 1980 e 2009, para refletir acerca do significado e sentido de patrimônio presentes nas leis vigentes dessa municipalidade, contrapondo-os às ações efetivadas nas diversas políticas culturais propostas por diferentes governos. Ao eleger fatos, cenários, pessoas e situações específicas e encadeá-los em uma história, as políticas culturais implementadas atribuem sentidos, força e valor a eles, qualificando-os ou desmerecendo-os. Tornando-os importantes ou não, as políticas culturais promovem uma correlação entre o campo de saber, os tipos de normatividade e formas de subjetividade. Como mecanismo organizador de sentidos, estas narrativas, menos do que dialogarem sobre determinado patrimônio ou um acontecimento qualquer, em sua origem, produzem, reforçam, fazem circular, instituem, enfraquecem discursos sobre o patrimônio e a memória social, tornando-se assim uma ação efetivamente política.

Na figura do Governo Municipal um conjunto de valores e regras de ação, em relação ao patrimônio de Campos dos Goytacazes, é estabelecido e instituído. Constrói-se e se põe a operar um método de valorização da memória que constituiria a “oficialidade”. Porém, não se restringe a análise afirmando que é esse governo quem cria e impõe tais regras e valores. Ele também é sujeito de um discurso maior que, quando articulado a outros, definem e concebem uma “oficialidade” da memória, privilegiando sujeitos e contextos sócio-históricos específicos dessa municipalidade em detrimento de outros. Por estarem articulados dentro de um “dispositivo”, estes discursos, junto às relações de poder e saber que o colocam em funcionamento, se dispõem de maneira difusa e não-sistemática sempre prontos a promover formas específicas e claras de subjetivação.

A questão central nesse trabalho é retirar a figura do Estado como responsável por todo tipo de repressão e colocar que existem diversos poderes, em diversos pontos da estrutura social (Machado, 2009, p. 170). Não há como apontar onde estão esses poderes, não há um exterior possível, e sim uma rede de mecanismos de práticas ou relações de poder que constituem um dispositivo, no caso, de patrimônio.



**CAPÍTULO I:  
FOUCAULT E O DISPOSITIVO**

## CAPÍTULO I:

### FOUCAULT E O DISPOSITIVO

Michel Foucault não possuía a pretensão de ser um filósofo da identidade. Seus escritos representam um momento de transição na pesquisa, buscando a mudança, a transformação, e não a construção de um sistema. São reconhecidas sete fases distintas em sua atividade filosófica, nunca se orientando por uma linha de pensamento única estabelecida previamente, baseada na subjetividade ou na estrutura da linguagem. Interessava-se pelo que poderia ser escrito e feito de novo. O dito anteriormente era sem importância, pois representava um pensamento do passado. Era um trabalho disperso e mutante, em que passado e presente estão em continuidade (Machado, 2001, p. 135).

Fazer filosofia, para Foucault, deve se assemelhar, em certo sentido, à criação da arte, ou seja, o fazer filosófico deve ouvir o chamado abrupto, rico e espontâneo da criação artística. Além disso, mais que a filosofia, dedicava-se a romper o modelo, ou paradigma, que recebeu. A filosofia deve tornar-se uma atividade eminentemente criativa, sem descaracterizar-se. Necessita ser uma ruptura imanente, ou seja, no interior do modo de criação filosófico, ouvindo, contudo, outras atividades intelectuais e estéticas, dentre elas a arte contestadora do dado.

Foucault propõe uma renovação da epistemologia das ciências humanas e biomédicas, trazendo-as ao debate histórico. Na década de 1960, enquanto partidário das teorias sistêmicas, afirmava que a humanidade acredita que pode controlar seu próprio funcionamento, no entanto, não possuindo nenhuma finalidade, ela consegue se controlar ao criar justificativas para esse controle. É exatamente nesse possível controle que surgem as ideologias, religiões e filosofias (Branco, 2001, p. 238).

A política, na arqueologia proposta por Foucault, é tarefa funcional de controle, e a ética inexistente baseia-se na crença do indivíduo em agir por um bem comum. O sujeito é fruto da influência de algo que o constitui, seu pensamento e sua vida, ou seja, é formado pela ação da estrutura que o

sobredetermina, inclusive nas questões políticas, sendo o sujeito incapaz de modificar o mundo.

A concepção de poder nas obras de Foucault não considera o indivíduo que cede a um soberano, como numa concepção contratual jurídico-política, no entanto trata o poder como uma relação de forças estando em todas as partes, ou seja, aqui, o poder reprime e constitui verdades, práticas e subjetividades.

Entre os anos de 1970 e 1977, na fase analítica do poder, a perspectiva foucaultiana modifica-se, buscando diferenciar os procedimentos das relações entre poder e saber. Nesse momento, a concepção de poder deve ser recriada, pois, considera as teorias do poder tradicionais, liberais ou marxistas, insuficientes por buscarem um poder legítimo, seus limites e origens.

Nos livros *Vigiar e punir* e *História da sexualidade: a vontade de saber* Foucault passa a trabalhar o poder como um instrumento de análise para explicar o desenvolvimento dos saberes (Machado, 2009, p. 167). A nova idéia de poder reconhece-o como presente em todos os meios do mundo social, numa complexa e heterogênea relação, onde as resistências fazem parte das técnicas de poder, do processo de dominar e se fazer obedecer (Branco, 2001, p. 240). Nesse momento, a individualidade é controlada pelo poder, e esse último teme a força e violência dos grupos que seriam a possibilidade de resistência.

Em 1978, última fase do trabalho de Foucault, percebe-se a transformação do mundo por intermédio de práticas contestadoras, estudando-se o papel das resistências, em todas as suas dimensões, nas relações de poder na atualidade, sua história e possibilidades de sucesso. Seu interesse passa a ser os combates e as lutas inerentes às relações de poder, e não a descrição das articulações institucionais e políticas que formam as grandes estruturas de poder e que persistem num largo espaço de tempo. Foucault passa a considerar as resistências ao poder como aquelas que objetivam a defesa da liberdade. Tudo isso em contrapartida às primeiras fases de seus estudos, quando o indivíduo pouco ou nada poderia fazer para transformar o mundo social e/ou político. Agora, nos casos de dominação, o problema é saber onde se irão configurar as resistências.

O interesse de Foucault está no processo criativo das lutas de resistência, constituintes de uma nova economia das relações de poder, com

práticas móveis e que sempre se transformam. As muitas formas de resistência aos diversos tipos de poder são o ponto de partida da análise nesse período da obra foucaultiana.

Entre 1981 e 1982, à questão sobre “saber” e “poder” acrescenta-se o questionamento acerca das práticas pelas quais nos tornamos sujeitos (Cardoso Jr., 2005, p. 343). As lutas de resistência nesse ponto é o de nos recusarmos a ser o que somos, produzindo novas formas de subjetividade, estilos de vida, laços, vínculos diferentes do individualismo das técnicas de poder.

As categorias utilizadas por Foucault são fundamentais para estudarmos e compreendermos o funcionamento do Estado e do cotidiano. Nessa mesma linha, devemos perceber que a lei é uma verdade construída a partir das necessidades do poder, no sistema econômico e cultural vigentes.

Foucault concebe a constituição histórica de um sujeito em termos de assujeitamento à trama de saberes e poderes de um “dispositivo”. Pensa a subjetivação como uma prática de liberdade operada nas bordas de um dispositivo. Para Weinmann (2006, p.16), “cartografar um dispositivo consiste em delinear a agonística da sujeição/subjetivação que atravessa um sujeito”.

Michel Foucault deseja chegar a uma análise que dê conta da constituição do sujeito na dimensão histórica, onde o sujeito é problematizado para que o pensar seja possível.

Nessa relação entre saber, poder e subjetividade surge a definição de um agrupamento de práticas, que constitui um sujeito numa rede de saberes e numa porção de forças que está compreendida em sua própria essência, ou seja, um “dispositivo”.

No primeiro volume de sua obra intitulada “História da Sexualidade”, “A vontade de saber”, Foucault desenvolveu o “dispositivo” como ferramenta analítica. Nele, o autor abordou a sexualidade relacionando-a ao discurso.

A utilização do termo “dispositivo” possui ligação com o livro ‘Anti-Édipo’, de Deleuze e Guattari, conforme Foucault expõe em prefácio a edição americana desse livro em 1977 (Revel, 2005, p. 39). Contudo, é na entrevista à International Psychoanalytical Association (IPA), que é apresentada a definição de “dispositivo” como:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (Foucault, 1979, p. 244).

A origem do “dispositivo” está em um tipo de formação necessária em determinado momento da história para uma função estratégica dominante. Os elementos do “dispositivo” estabelecem uma relação que mascara e justifica uma prática que não é dita. Pode mesmo reinterpretar a prática, não importando se seus elementos são discursivos ou não. A noção de *epistême* desenvolvida por Foucault seria um “dispositivo” especificamente discursivo, e será substituída por outro que englobaria todo o tipo de instituições, seria tanto o dito quanto o não-dito.

“Um dispositivo também pode ser conceitualizado como uma configuração específica de domínios do saber e de modalidades de exercício do poder, a qual possui uma função estratégica, em relação a problemas considerados cruciais em um momento histórico. Em seus movimentos estratégicos, um dispositivo intervém de forma racional sobre o campo de forças em que se insere, com o intuito de desenvolvê-las em determinada direção, de barrar-lhes certos caminhos, de utilizá-las em proveito de seus fins. Entretanto, o fato de essas forças serem móveis, instáveis, heterogêneas e da sua confrontação ser inevitavelmente tensa – pelos efeitos de resistência que suscita -, desequilibrada e de realizar-se em espaço aberto torna incerta a estabilidade de um dispositivo, produz a necessidade de rearranjos e de rearticulações constantes em sua configuração e gera fissuras nos estados de dominação que tal dispositivo engendra” (Weinmann, 2006, p. 17).

O arranjo de um “dispositivo” e suas linhas pode ser associado à criação de um mapa do seu “problema”. Dessa forma, pensa-se em uma rede criada entre o patrimônio, o esquecimento e a política cultural como elementos de um “dispositivo”. Entre o que é dito no regulamento e o não-dito na prática, entre o dito, o previsto e o feito, entre o construído e destruído, entre o considerado e o não considerado, entre o divulgado e o ocultado.

O “dispositivo” na filosofia de Foucault é formado por um conjunto multilinear. Em sua composição existem diversas linhas de natureza distintas e que não instituem sistemas homogêneos, no entanto, por seguirem diferentes

direções estabelecem processos em desequilíbrio (Revel, 2005, p. 40). A relação móvel e dinâmica entre os elementos do “dispositivo” estabelece múltiplos processos e tecnologias de dominação. Dessa forma, o saber, o poder e a subjetividade desenvolvidos não são definidos e estáticos, e sim variáveis que se relacionam. Foucault, antes de perceber o “dispositivo” como opressor, procura as lutas de transformação, travadas tanto pelo indivíduo quanto pela coletividade, das estruturas de poder vigentes. Tal análise revela a dimensão política da obra desse autor.

Essa dimensão, para além da analítica do poder, concede aos pequenos e múltiplos movimentos de contestação papel importante e decisivo para o futuro da vida sócio-política, fora do quadro programático dos partidos políticos estabelecidos e das formas de ação instituídas. O que nos leva a retomar, a partir de novos referenciais teóricos, a discussão sobre o potencial revolucionário ainda possível da atualidade (Branco, 2001, p. 237).

Foucault descobre novas linhas e dimensões do “dispositivo” através da crise (Deleuze, 1999). Essa não remonta ao autor/sujeito<sup>6</sup> propriamente, pois, tanto ele quanto Deleuze questionam-se acerca da autoria de uma obra ou um texto em termos de sua subjetividade, porque o fluxo da fala seria não-individualizado e determinado historicamente (Revel, 2005, p. 24). Tanto Foucault quanto Deleuze questionam o paradigma da subjetividade que caracteriza a modernidade. A crise nesse caso é a condição que possibilita a aproximação do atual. Deleuze, ao tratar do “dispositivo” segundo Foucault, fala de crise como condição de ruptura. O momento de crise comporta a ruptura do emaranhado de um “dispositivo”.

A análise do “dispositivo” considera a noção de poder, saber e subjetivação. Todo “dispositivo” é formado por linhas distintas, que “atravessam-no, arrastam-no, de norte a sul, de leste a oeste ou em diagonal” (Deleuze, 1999).

O conjunto heterogêneo do “dispositivo” é composto por seis dimensões<sup>7</sup>: “visibilidade”, “enunciação”, “força”, “objetivação”, “subjetivação”, e

---

<sup>6</sup> As duas noções, autor e sujeito, recebem o mesmo tratamento na filosofia de Michel Foucault.

<sup>7</sup> A discussão das linhas, curvas e regimes como elementos do dispositivo é baseada

“ruptura” também denominada “fissura” ou “fratura”. Todas as dimensões são linhas de variação sem coordenadas constantes que se cruzam e misturam, podendo criar mutações de disposição (Deleuze, 1999). As linhas são distinguidas em dois grupos, o de estratificação que se refere às linhas imóveis e ao arquivo e o grupo de atualização que remete ao conjunto de linhas que leva ao atual.

O “dispositivo” possui sua condição ligada à atualidade, é através dela que Foucault observa a regularidade dos enunciados e formula os problemas da comunidade da qual faz parte. Não há interesse na originalidade, no entanto, em tudo o que nos precede e que continua, diferenciando da parte histórica, que seria o presente. Deleuze e Foucault acreditam no “acontecimento” como o que caracteriza a “atualidade”. O atual estaria no controle, pois rompe com a grade epistêmica e periodização a que estamos ligados (Revel, 2005, p. 21). Portanto, existem duas conseqüências importantes para a *filosofia do “dispositivo”*, elaborada por Foucault, são elas: o repúdio dos universais, pois esse nada explica, devendo ele ser explicado e a mudança de orientação que se separa do eterno para apreender o novo.

Retomando as dimensões do “dispositivo”, as linhas, ou curvas, de visibilidade são linhas de luz que formam figuras variáveis e inseparáveis de cada “dispositivo”. É esse regime de luz que estabelece o visível e o não-visível, assim, o objeto não existe sem essas curvas. As linhas de visibilidade remetem às linhas de enunciação. Deleuze (1999) diz que “se há uma historicidade dos dispositivos, ela é a dos regimes de luz; mas também a dos regimes de enunciação”.

As linhas de enunciação possuem a função de distribuir as diversas posições dos elementos. Além de estabelecer o arranjo das outras linhas, são elas mesmas enunciações por serem também linhas/curvas e porque em algum momento a ciência e a literatura ou movimento social definem-se por regimes de enunciação.

As linhas de força penetram as coisas e as palavras, retificando as anteriores, suas formas e trajetórias pelos quais passam as linhas de visibilidade

---

em Gilles Deleuze (1999).

e enunciação, manifestando assim sua existência. Elas trabalham as idas e vindas entre o ver e o dizer, passando por todos os lugares do “dispositivo”, estando estreitamente ligada às outras linhas. As linhas de força estão intimamente relacionadas à dimensão do poder, possuindo aspecto variável em um “dispositivo”. Como ocorre com o poder, elas se compõem em relação ao saber através de uma relação de mútua dependência e articulação recíproca. Ao agregarem instâncias de saber e poder, estas linhas dizem, cada vez mais, sobre o nascimento e criação do “dispositivo”. Contudo, também o condicionam, estabelecendo estratégicas relações de força, sustentando tipos de saber ao mesmo tempo em que são sustentadas por ele.

Subjetivação, para Michel Foucault, é o processo de constituição do sujeito, de sua subjetividade. Inicialmente são destacados três processos de subjetivação:

os diferentes modos de investigação que buscam atingir o estatuto da ciência como a objetificação do sujeito falante na gramática ou na lingüística, ou ainda aquela do sujeito produtivo na economia e na análise das riquezas; as “práticas divisoras”, que dividem o sujeito no interior dele mesmo (ou em relação aos outros sujeitos) para classificá-lo e fazer dele um objeto – como a divisão entre o louco e o são de espírito, o doente e o homem saudável, o homem de bem e o criminoso etc.; enfim, a maneira pela qual o poder investe o sujeito ao servir não somente dos modos de subjetivação já citados, mas também ao inventar outros: é todo o jogo de técnicas de governamentalidade (Revel, 2005, p. 82).

As linhas de subjetivação permitem ao sujeito a possibilidade de criação de espaços onde seja possível a transgressão e a subversão. Enquanto os modos de subjetivação envolvem a produção de efeitos sobre si mesmos de forma passiva, os processos de subjetivação indicam possibilidades e fugas do próprio sujeito. Essas linhas indicam também as linhas de fratura, descontinuidade do próprio “dispositivo” e sua possibilidade de contínua elaboração e superação (Deleuze, 1999). Ainda assim, o sujeito não é livre, nem autônomo ou criador de suas condições de existência, mas possui condições de escapar dos poderes e saberes de um “dispositivo” para talvez outro “dispositivo” (Marcello, 2005).

Se os modos de subjetivação produzem algo como sujeitos, ao objetivá-los Foucault questiona como esses sujeitos se relacionam consigo mesmos. As



linhas de objetivação nascem da busca de uma nova orientação, pois o “dispositivo” não se fecha em linhas de força intransponíveis e com contornos definitivos. A análise foucaultiana não contempla o “dispositivo” circunscrito por uma linha que os envolve sem que outros vetores não passem por cima ou por baixo. É o que ocorre quando ela se curva, se funde ou se faz subterrânea. Nesse caso, a força não se relaciona linearmente com outra força. Volta-se para si mesma, afetando-se a si mesma. O “si-mesmo” não é saber nem poder, porém, um processo de individuação de grupos ou pessoas que escapa às forças estabelecidas e aos saberes constituídos (Deleuze, 1990).

As linhas de fratura, também denominadas de fissura ou ruptura, são linhas históricas. Todo “dispositivo” possui a condição de novidade e criatividade. A capacidade de transformar-se e romper-se dos “dispositivos” está ligada aos traçados estabelecidos pelas linhas de subjetivação quando articuladas com os pontos de resistência de qualquer “dispositivo”. Portanto, as linhas de fratura articulam novas relações de saber, poder e subjetividade, podendo criar um “dispositivo” futuro. Essas linhas refletem o caráter imprevisível do “dispositivo”, ou seja, o “acontecimento”, introduzindo o acaso, a contingência, a novidade, a diferença e a experimentação como meio de pensamento e sociabilidade (Marcello, 2005).

Ao introduzir o “dispositivo” Foucault distingue o Estado e o poder, centrando sua pesquisa na importância desse último para a constituição dos saberes. É exatamente nesse ponto que se baseia nossa análise, no Estado, nas políticas públicas, na política de museus e no bem patrimonial em si, como elementos de um mesmo “dispositivo”, sem a obrigatoriedade de toda forma de repressão ser fruto exclusivo do Estado.

**CAPÍTULO II:**  
**CAMPOS DOS GOYTACAZES: O OBJETO**

## CAPÍTULO II:

### CAMPOS DOS GOYTACAZES: O OBJETO

*“Campos, formosa, intrépida amazona,  
Do viridente plaino Goitacás!  
Predileta do Luar como Verona,  
Terra feita de luz e madrigais”...*

*Hino Campos dos Goytacazes  
João Antônio de Azevedo Cruz (1870-1905)*

Questionar a melhor forma de adjetivar o município de Campos dos Goytacazes como “tutanuda” ou “azamboada”, isto é, sagaz ou atarantada, reflete o recorte empírico desse capítulo. Não se trata de uma historiografia, mas da “história” de Campos segundo seus habitantes, nesse caso, a grande parte autores dos livros utilizados. Verifica-se que a maioria serve-se das mesmas fontes. Além disso, em algumas passagens, há a defesa ou exaltação do amor dos campistas por sua cidade (Feydit, 2004, p. 26; Pereira Pinto, 2006, p. 34), pois suas análises partem da experiência prática, da vivência nesse espaço, como parte ativa ou espectador de sua história. Esses relatos, em grande parte, acabaram por criar diversos mitos da bravura campista, como Benta Pereira, e tratar o município como “campos das delícias” (Viana, 2002, p. 33).

Novamente, não se trata de uma historiografia, nem tomamos como verdade absoluta o relato sobre a formação de Campos dos Goytacazes. Utilizamos como fonte os autores locais, pois determinam o imaginário dessa população, de como percebem a história da sua cidade. Entre os autores temos campistas membros da Academia Campista de Letras (Jorge Renato Pereira Pinto e Alano Barcelos), provenientes de famílias de usineiros (Julio Feydit.) e pesquisadores da área de ciências sociais (Alberto Lamego, Aline Costa, Maria Alves, Neila Nunes, Roberto Moraes, K. Weichert entre outros) e pesquisadores dos arquivos municipais e estaduais, como Marília Carneiro e Leonardo de Vasconcelos é pesquisador do Instituto Federal Fluminense e

responsável pelo acervo fotográfico dessa instituição, além de membro do conselho municipal de patrimônio e contribuir na imprensa local para a discussão sobre memória, patrimônio e museus. Também da imprensa local citamos Hervé Salgado, Osório Peixoto e Horácio Sousa, que se dedicaram a recolher dados sobre o município e divulgá-los para a população após pesquisa em periódicos da época.

## 2.1. SÍNTESE HISTÓRICA:

O município de Campos dos Goytacazes está localizado na região Norte do Estado do Rio de Janeiro, aproximadamente a 279 km da capital estadual, Rio de Janeiro. Sua denominação origina-se de seus primeiros habitantes, os índios goytacazes. A colonização portuguesa iniciou-se em 1627 pelos portugueses.

Existem diversas discussões sobre o significado de goytacá, alguns afirmam ser ‘corredores da mata’, outros ‘ligeiro marchador’ (Viana, 2002, 37). A definição mais utilizada e difundida diz que a palavra goytacá (“waitaka”) seria originária de “gau”, “aua” ou “aba”, que significaria gente; e “yta”, nadar: e “quaa”, saber. Os Goytacás seriam então índios nadadores (Lamego: 1974, p 73).

Há, ainda, uma pesquisa afirmando que os goytacazes não eram da raça tupi, e falavam um idioma diferente e que seu nome lhes foi dado por seus inimigos – os Aimorés – que os temiam. ‘Goya’ – prefixo de goiamum, caranguejo grande, do brejo; ‘tacá’ – lembrando tacapé (Taca pé, tupi), matar. Portanto, ‘Goytacá’, caranguejo grande que come ou mata gente. Contam os historiadores que essa denominação lhes foi atribuída devido à ligação imperiosa deles com seu meio, onde construíram suas aldeias lacustres, as únicas que se tem notícia por época do descobrimento das terras coloniais. No brejo, como enormes caranguejos, os goytacazes eram imbatíveis, e os seus inimigos sabiam disso, pois eram por eles derrotados (Viana, 2002, p. 37).

Nas três primeiras décadas do século XVII, o Goitacá domina a planície campista. No entanto, a extensão de terras que habitava era de Cabo Frio, no Rio de Janeiro, a São Mateus, no Espírito Santo (Lamego, 1974, p. 74 e Silva, 1984, p. 10), não se restringindo ao atual município de Campos dos

Goytacazes. O local em que se estabelecia era cercado por lagos e sua habitação era uma cabana de madeira e colmo apoiada em estacas. Seu território deveria ser defendido, pois também o defenderia. Lamego (1974) define esse litoral e serras próximas como uma costa lisa e baixa de restingas, florestas e lagoas propícias à pesca e caça, terra sujeita a inundação que na época de chuvas formavam grandes brejos. Essa análise sustenta-se na rede hídrica constituída por cursos d'água e lagoas que corriam para os rios Itabapoana, Paraíba do Sul e Lagoa Feia.

Nem seu primeiro mandatário, Pero de Góis, em 1538, conseguiu se fixar nessa zona de lagoas e brejos, permanecendo às margens do rio Itabapoana. Constrói na capitania casas, uma igreja, erguendo um pequeno povoado. Inicia o plantio da cana, a criação de engenhos, trazendo gado de São Vicente para consumo dos colonos e ajuda para mover os engenhos (Feydit, 2004, p. 30).

Pero de Góis fracassa na sua empreitada pelo grande número de assaltos às caravelas que pretendiam chegar à costa brasileira, e acaba falido abandonando as suas terras. A capitania de São Tomé, a qual o atual município de Campos pertencia, existia apenas nominalmente (Silva, 1984, p. 24).

O herdeiro de Pero Góis, Gil de Góis, em 1539, volta para essas terras, e tenta ali fixar-se com a cana-de-açúcar. O herdeiro, que levantara outro povoamento denominado Vila de Santa Catarina, contava com a colaboração indígena e adota uma índia que batiza como Catarina. No entanto, falido, viaja a Portugal em busca de recursos com seu sócio, Domingos Leitão. A esposa de Gil de Góis, enciumada pela beleza da índia que chama a atenção de seu marido espanca a adolescente e a expulsa da povoação, provocando uma guerra com os índios (Feydit, 2004, p. 32). O povoamento é invadido, as lavouras queimadas, levando os portugueses a abandonarem a Capitania de São Tomé, que nesse momento já é chamada Paraíba do Sul.

Em 1619, de Madri, Gil de Góis renunciou aos direitos à Capitania, passando uma procuração ao amigo Antonio Diniz, em Lisboa (Silva, 1984, p. 22).

Os próximos donos da capitania ficaram conhecidos como os “Sete Capitães”. Europeus que trabalharam para a Coroa portuguesa receberam do

governador do Rio de Janeiro, Martim Correa as terras que se estendiam do Rio Macaé até o Rio Iguassu, ao norte do Cabo de São Tomé, e do sertão até o cume das serras (Feydit, 2004, p. 34). As sesmarias foram doadas em 1619, porém foi somente em 25 de novembro de 1632 que a expedição rumo às terras se inicia em Araruama. Há um documento do século XVII conhecido como Roteiro dos Sete Capitães que descreve a viagem. Sua autoria é atribuída ao Capitão Miguel Aires Maldonado, contudo, questiona-se a veracidade desse documento descoberto pelo historiador Augusto de Carvalho. Os outros capitães eram: Miguel da Silva Riscado, Antonio Pinto Pereira, Gonçalo Correa, João de Castilho, Manoel Correa e Duarte Correa. Entre os sete, três possuem o sobrenome Correa, o mesmo do governador do Rio de Janeiro, Martim Correa (Silva, 1984, p. 35).

Na década de 1640 desenvolve-se a criação de gado nos campos dos goytacazes. Nessa época, o Rio de Janeiro necessitava de carne para alimentação da população. A busca de terra para a criação de gado aguçou o desejo pela planície campista do General Salvador Correa de Sá e Benevides. Em 1648, o General esteve como governador do Rio para preparar uma expedição para reconquista de Angola para Portugal. Aproveitando a situação, dividiu a sesmaria dos Sete Capitães para ele e padres da Ordem de São Bento e da Ordem dos Jesuítas. Refizeram a distribuição de terras conforme seus interesses com apoio da Coroa Portuguesa e Espanhola. O General chega à capitania com o título de “libertador de Angola” e grande número de escravos desse país (Feydit, 2004, p. 40).

Esse período ficou marcado pelo uso constante da violência e da excessiva criação e cobrança de impostos e taxas. O General Salvador Correa de Sá e Benevides consegue um título nobiliárquico para seu sobrinho. Cria-se, então a figura do Visconde de Asseca, que deveria manter a nova ordem na sesmaria, e que cumpriu seu papel por quatro gerações familiares. As terras pertencentes ao grupo composto pelo General, beneditinos e jesuítas correspondem à Fazenda do Colégio, Fazenda São Bento, Fazenda do Visconde e à de Quissamã. A cidade recebe por alguns anos o nome de Vila de São Salvador e a ocupação de seu espaço geográfico nesse período torna-se proporcional ao crescimento de sua população.

A Vila de São Salvador foi criada no ponto mais elevado da planície, a

Praça São Salvador e seu entorno, a beira do rio, resistia a cheias e invasões das águas de chuva (Pereira Pinto, 2006, p.92). O povoamento da região considerou as condições naturais existentes. A área litorânea, de vegetação pouco significativa, foi a primeira a ser ocupada. As primeiras residências situavam-se nas baixadas próximas aos brejos e lagoas, cujas condições sanitárias deixavam a desejar (Costa, 2005). Como a mata mais rica situava-se no interior introduziu-se outro núcleo de povoamento. A cidade se formou sobre uma planície às margens do Rio Paraíba do Sul, local onde havia vários brejos e lagoas que, em épocas de enchentes, inundavam toda a cidade (Lamego, 1945).

Seguindo a margem direita do Rio Paraíba (Costa, 2005), foi entre a vila e o litoral que cresceu o povoamento principal entre os séculos XVII e XVIII, ligando-se a atividade econômica predominante. Nessa época, a atividade de maior relevância para a região era o gado, criado para abastecer o Rio de Janeiro. Esse caminho também era o divisor das terras dos beneditinos e dos jesuítas.

A ocupação originou-se do litoral para o interior, do Farol de São Tomé em direção ao rio Paraíba do Sul. Somente em 1632 forma-se, por terra, uma passagem ao Cabo de São Tomé. Antes disso, instalaram-se os engenhos nesse interior, pois o tipo de solo era favorável à plantação da cana-de-açúcar (Feydit, 2004 e Barcelos, 1992).

Os núcleos iniciais se fortaleceram com a implantação dos canaviais e das engenhocas produtoras de “águas ardentes” e açúcar. No século XIX, os povoados de São Sebastião e São Gonçalo hoje Goytacazes, destacavam-se enormemente sobre os demais, pelo volume da produção, do comércio e da quantidade de habitantes” (Pereira Pinto, 2006, p.93).

Na capitania do Rio de Janeiro o mais importante setor açucareiro, nessa época, foi a cidade de Campos dos Goytacazes formada pela baixada que se estende entre a lagoa Feia, o rio Paraíba e o seu afluente, o rio Muriaé (Prado Júnior: 2006). A indústria açucareira inicia suas atividades em 1652, trazendo o desenvolvimento de Campos vinculado ao trabalho escravo, sendo a última cidade do país a aderir a abolição da escravatura.

Áreas antes cobertas de florestas foram abertas para a lavoura. A

atividade agrícola iniciou-se na região em 1650, através da implantação do primeiro engenho comandada pelo General Salvador. A expansão da lavoura permaneceu no século XVIII, quando 20% do açúcar exportado eram provenientes da planície Goitacá. O ciclo do açúcar em Campos dos Goytacazes absorve grande parte da população. Qualquer pessoa podia arranjar um pedaço de terra e colocar nele uma engenhoca, geralmente sem teto. O importante era moer a cana e fazer açúcar, era insignificante se a produção era feita somente pela família sem qualquer ajuda escrava. Entre 1769 e 1783 foram levantados duzentos e vinte e três (223) novos engenhos e engenhocas pela iniciativa individual, predominava nesse momento a pequena propriedade rural. A agricultura canavieira era a primeira indústria do Brasil colônia, e trazia novos hábitos para a população campista.

Em 1799 contava-se seiscentos e dezesseis (616) engenhos de açúcar e duzentos e cinquenta e três (253) de aguardente na capitania do Rio de Janeiro. Entre eles os que correspondiam à região de Campos eram trezentos e vinte quatro (324) para açúcar e quatro para aguardente. Contudo, dentre esses somente quatro eram latifúndios: a Fazenda do Colégio, Fazenda São Bento, Fazenda do Visconde e Fazenda do Morgado. A aguardente produzida, também extraída da cana-de-açúcar, era um subproduto de grande consumo, e sua exportação para a África servia como escambo e para a aquisição de escravos.

No decorrer dos séculos XVII e XVIII ocorreu uma intensa disputa política entre os latifundiários (os religiosos Beneditinos e Jesuítas, e a família do Visconde Asseca), a Coroa Portuguesa e ocupantes das terras de Campos. Em 1748, os “Senhores” campistas liderados por Benta Pereira se rebelaram e, a partir deste fato, iniciam a derrocada da “tirania dos Assecas”.

Benta Pereira nasceu em 1675, filha do Padre Domingos Pereira Cerveira e de sua mulher Isabel de Souza. Viúva de Pedro Manhães, jovem, com seis filhos menores, Benta Pereira passou, ela mesma, a cuidar da administração dos seus bens, que eram muitos. O reconhecimento como heroína campista deve-se à sua luta contra o domínio dos Assecas em Campos. A atuação de Benta Pereira e de sua filha Mariana de Souza Barreto, na expulsão dos Assecas, foi das mais fantásticas, formando um exemplo de mulher a ser seguido e admirado no município de Campos dos Goytacazes.



Faleceu em 10 de dezembro de 1760, na Fazenda de Campo Limpo, e o seu corpo foi sepultado na Capela da Fazenda do Colégio, em Goitacazes.

No ano de 1834, a Assembléia Geral Legislativa baixa uma resolução que torna possível a venda dos bens pertencentes à dinastia dos Assecas e, dessa forma, algumas terras são remidas e outras compradas por vários fazendeiros. A retomada das terras pela Coroa Portuguesa e a sua subsequente venda marca o rompimento da concentração da posse da terra em poucas propriedades de vultosa extensão, passando então a predominar uma maior distribuição fundiária, em termos numéricos. Prado Júnior (2006) assegura que o grande número de pequenas usinas e engenhocas que se instala, sinaliza a quebra da hegemonia dos latifundiários.

A potência da economia baseada no açúcar e o apaziguamento das lutas políticas propiciaram aos ocupantes da planície maior segurança em relação à posse e ao domínio sobre a terra. Pereira Pinto (2006) lembra que a alteração na estrutura fundiária não significou uma mudança profunda no contexto sóciopolítico, uma vez que, a partir deste período, surge outra figura emblemática: o Senhor de Engenho, que continua a ter poder mediante a posse da terra e o controle dos meios de produção.

No século XIX, a tecnologia permitiu a abertura na planície alagável de canais para navegação visando ao escoamento da produção do interior para Campos e desta aos municípios de São João da Barra e Macaé que possuíam portos onde poderia escoar a produção ao Rio de Janeiro e Salvador<sup>8</sup>.

Desde a instalação dos engenhos até sua elevação à categoria de cidade, em 1835, Campos dos Goytacazes manteve-se quase estável quanto ao número de habitações. Destacavam-se em sua arquitetura os monumentos religiosos. A ocupação urbana mais densa encontrava-se em torno da atual Catedral, entre a Rua Barão de Miracema (Rua São Bento) e a Rua Marechal Floriano (Rua do Ouvidor, na beira rio), “espraiando-se ao sul, ao longo da Rua Treze de Maio (Rua Direita) e Rua Carlos Lacerda (Rua do Rosário), contornando a Lagoa do Furtado, existente no lugar do atual Parque Alberto Sampaio” (Costa, 2005).

Tornou-se cidade em 1835, pela Carta de Lei nº. 6 do Presidente da

---

<sup>8</sup> Sobre o Canal Campos-Macaé, retornaremos mais adiante.

Província, datada de 28 de março (Carneiro, 1985; Sousa, 1985), que dizia:

Carta de Lei elevando a Vila de São Salvador à categoria de Cidade.

LEI Nº. 6

Joaquim José Rodrigues Torres, Presidente da Província do Rio de Janeiro – Faço saber a todos os seus Habitantes, que a Assembléia Legislativa Provincial Decretou, e Eu Sancionei a Ley seguinte:

Art. 1º - A Vila Real da Praia Grande, Capital da Província do Rio de Janeiro é elevada a Cathegoria de Cidade, com a denominação de Nictheroy.

Art. 2º - Ficão igualmente elevadas a mesma Cathegoria a Villa de São Salvador dos Campos, com a denominação Cidade de Campos dos Goitacazes e a Villa da Ilha Grande com o nome de Angra dos Reis.

Mando portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da referida Ley pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteira como nella se contém. O Secretário desta Província a faça imprimir publicar e correr. Dado no Palácio do Governo da Província do Rio de Janeiro aos vinte e oito dias do mês de Março de 1835, décimo quarto da Independência, e do Império.

Joaquim José Rodrigues Torres.

A Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes, em novembro de 1838, realizou um levantamento buscando caracterizar sua população urbana (Sousa, 1985, p. 140):

<b>POPULAÇÃO URBANA – 1838</b>			
	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Parcial</b>
Branços	1.967	2.026	3.993
Pretos Livres	177	307	484
Pretos Escravos	6.748	4.338	11.086
Pardos Livres	528	786	1.314
Pardos Escravos	299	270	569

Índios	08	05	13
<b>TOTAL</b>	<b>9.727</b>	<b>7.732</b>	<b>17.459</b>

Sobre a origem dos escravos de Campos dos Goytacazes, a única referência encontrada foi em Silva (1984, p. 59):

Do início, os escravos preferidos eram os da Guiné, altos e mais fortes para o trabalho, mas de gênio mais firme e, sempre que possível, prontos para uma revolta. Passou-se a preferir os negros de Angola, mais calmos e pacíficos.

Nos anos de 1840 a população campista era de 58 mil habitantes, desses 59% eram escravos. A maior proporção de cativos não era uma distinção somente de Campos, outras cidades, como Niterói e Salvador, também possuíam essa realidade. A relação entre os habitantes era caracterizada por uma intimidade hierárquica e pela dimensão de mercadoria atribuída ao cativo pelo senhor. Ilustra essa relação o caso da escrava Justina e seu Senhor, Antônio Pais da Silva (Novais, 1997, p. 347). Moradores da freguesia de São Sebastião, no município de Campos dos Goytacazes em 1878, o Senhor e os escravos habitavam a mesma casa. Antônio Pais não tinha feitor, seus escravos cumpriam suas obrigações e possuíam as chaves de seus quartos. Justina cuidava de três crianças, entre filhos legítimos ou adotivos. Um dia Justina matou as três crianças, afogando-as, e tentou se matar cortando a garganta. A escrava foi condenada a 42 anos de prisão. A causa considerada nos depoimentos para essa atitude é a crença de Justina de que seria vendida pelo Senhor numa viagem que fariam a Morro do Coco, ainda hoje distrito de Campos.

Desde 06 de fevereiro de 1856, com a criação da 'Sociedade Campista Promotora do Trabalho Livre', uma parcela da população já se manifestava contra o trabalho escravo. Outro marco campista nessa luta é a criação do 'Club Abolicionista Campista', em 17 de julho de 1881.

Quando, em 1883, tornou-se mais forte a agitação da grandiosa luta em prol da abolição do escravagismo, Campos que tinha o maior núcleo de população escravizada por ser o mais intenso município

agrícola da Província do Rio de Janeiro; contava cerca de 15.000 escravos e por isso foi que a luta aqui tornou-se bem mais renhida que em qualquer outro ponto do país (Sousa, 1985, p. 223).

Após o final da escravidão no Brasil, em 13 de maio de 1888, a relação dos senhores que atendiam com laços afetivos e familiares os libertos, e o grande número desses últimos na população do município, determinou uma relação de direitos além das leis. Os senhores tentavam manter os ex-cativos nas fazendas proporcionando condições de parceria mais favoráveis do que em outras regiões, pois dependiam do trabalho do liberto, ou buscavam controlá-los ao sobrepor seus papéis de fazendeiro e de agente do Estado. Os inquéritos de 1890 em Campos dos Goytacazes registram essa relação. Era comum a volta do escravo liberto à fazenda de origem através de métodos escusos dos senhores (Silva, 1984, p. 57). A necessidade do trabalhador liberto para a continuidade da produção e o uso de repressão policial visando aos interesses privados podem ser verificados em um processo de 1894 (Novais, 1997, p.375) em que o subdelegado do Nono Distrito de Campos registra queixa por desacato contra outro cidadão<sup>9</sup>, negro e ex-cativo, ao ir à fazenda do segundo, atrás de uma ex-escrava que teria cometido um roubo. No entanto, ao ir à fazenda o subdelegado não levou mandado de prisão, demonstrando o uso da autoridade policial como estratégia para manter os libertos em suas fazendas. A queixa foi indeferida pelo promotor da cidade de Campos.

O grande número de africanos na população campista também contribuiu para originar danças típicas da região, como a “Mana-Chica” e o “Jongo”. A “Mana-Chica” é uma dança que nasceu dos negros da região ao unir a dança folclórica portuguesa, fado, com a cultura negra do século XVIII. Não possuindo nenhuma manifestação dessa dança na população nos dias de hoje, criaram-se grupos dedicados à preservação e divulgação da “Mana-Chica”. Um desses grupos funciona na Escola Municipal Francisco de Assis, onde os alunos do terceiro ao quinto anos do ensino fundamental ensaiam e apresentam a dança. Outro exemplo é a Companhia Gente de Teatro, sendo

---

<sup>9</sup> No inquérito cidadão determina que a pessoa é proprietária e reside em uma fazenda do distrito.

que este é composto somente por adultos. O diretor do grupo, Orávio de Campos Soares<sup>10</sup>, atual secretário de cultura de Campos dos Goytacazes, afirma que a “Mana-Chica” está entre as mais importantes tradições culturais de Campos:

“A Mana-Chica é, sem dúvida, a mais famosa dança popular da região açucareira que resistiu à erosão do tempo, segundo nos afiança Alberto Ribeiro Lamego, em seu livro ‘Planície do Solar e da Senzala’. É, também, a mais representativa expressão sônica desta planície, lugar das tradições ficcionais do coronel Ponciano de Azeredo Furtado, criação imortal do escritor José Cândido de Carvalho”<sup>11</sup>.

Orávio de Campos Soares ainda explica que o conhecimento que possuímos hoje da “Mana-Chica” é fruto da tradição adquirida através da memória oral entre os mais velhos que viam essas manifestações na Baixada Goitacá. Descreve ele:

“Junto às trilhas dos lobisomens e dos boitatás, ali nas imediações do Caboio, entre Campo de Areia e Retiro; ou mesmo em Barra do Furado, Lagoa de Cima, Grussaí, Barcelos e na bacia do Rio Preto. Isso para não falar de Quissamã e Carapebus”.

Alberto Lamego (1974) explica a origem do nome da dança. Três mulheres, Mariana Francisca, Inácia Francisca e Francisca Maria, dançariam de forma excelente o Fado de Negro<sup>12</sup>. Dançavam tão bem que acabaram por dar tal nome. Antes se referia a dança como o “Fado da Mana-Chica”, e acabou por transformar-se somente em “Mana-Chica”.

Oriunda do fado português, a dança é executada por casais,

---

<sup>10</sup> Orávio de Campos Soares é jornalista, diretor de teatro com formação acadêmica, mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ, preside a Associação de Imprensa Campista e integra a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Ele é diretor da Rede Brasileira de Folkcomunicação, membro da Academia Campista de Letras e coordenador do Núcleo de Iniciação Científica em Comunicação Social e do curso de Comunicação Social da Uniflu/Fafic.

<sup>11</sup> Jornal Folha da Manhã, 26 de outubro de 2008. Folha Dois, págs. 01-02.

<sup>12</sup> “Todo açúcar de Campos e daí toda a sua economia, todo seu progresso e toda a sua cultura viajaram sobre a mesa do carro de bois”, Lamego (1974), em *O Homem e o Brejo*.

assemelhando-se às quadrilhas, além de não haver limite para o número de pares que participam da dança. A música é celebrada com tambor, chocalhos e violas, sendo os versos geralmente ligados aos negros, sua vida e sua cultura:

Se o sol se tornasse preto  
Nunca mais o céu se via  
Valem mais que o sol teus olhos  
Que são pretos e alumiam.  
Lá se vai a Mana-Chica  
Lá se vai Chiquinha Mana.

Sendo Campos dos Goytacazes uma região muito antiga, onde a atividade econômica de maior importância era a indústria canavieira, acabou recebendo uma grande quantidade de escravos, que mesclaram seus mitos e crenças, originando uma diversidade de manifestações culturais. Entre elas está o jongo, que há pouco tempo ouvia-se falar da “brincadeira de jongo” em até oito (08) bairros e em dezesseis (16) distritos do município. Esse rico movimento se dispersou com a morte das lideranças e dos antigos jongueiros, deixando os grupos vulneráveis. Acrescenta-se o fato de não receberem apoio dos órgãos públicos municipais para sua manutenção. Entre os grupos está o de Maria Anita, a mais famosa jongueira campista nas décadas de 1970 e 1980. Com sua morte, a tradição do jongo foi mantida pela segunda liderança do grupo, Cremilda, cujo falecimento levou ao adormecimento dos tambores. Em 2004, a atriz e jongueira Lúcia Talabí, a jongueira Nicolina Gomes Guedes e o artista plástico Rafael Sánchez criaram o projeto “Fala Couro”, com a intenção de revitalizar o jongo no município.

A forte proporção de africanos determinava que a língua portuguesa não fosse utilizada por boa parte dos habitantes, mas certo dialeto fruto da combinação do português com as línguas nativas. Tal quadro alterou-se somente a partir da segunda metade do século XIX com a chegada da imigração portuguesa ao Rio de Janeiro.

Em Campos, a libertação da Vila e Capitania do domínio da família Asseca incentivou a vinda de maior número de portugueses, cuja maior contribuição foi a fundação do Hospital da Beneficência Portuguesa, em 1872, ativo até os dias de hoje.

No ‘Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província

do Rio de Janeiro para o ano de 1851' (1853, p. 181), Campos é apresentada da seguinte forma:

O importante municipio de Campos conta com 8 freguesias, 1 curato, 9 districtos de paz e 11 subdelegacias de Policia; encerra em si um bom hospital, onde se tratárão o anno passado 313 doentes, dos quaes morrêrão 72 e sahirão curados 241; tem em construcção um recolhimento para as Expostas, onde já existem 15 aos cuidados da enfermeira; possui muitos edificios nobres e de bom gosto; tem mais um excellente theatro e uma barca-pendulo defronte da cidade, que dá passagem á gente a pé, a cavallo e a seges, carros e outros objetos.

A cidade de Campos conta, entre casas de sobrado e terras, mil seiscentas e tantas; e as suas ultimas edificações tem sido de bom gosto.

Ha mais uma Fabrica Nacional de Fundição, onde, além de outras peças importantes, se fundio uma barca de fero que vai ser movida a vapor entre a villa de São Fidélis e a cidade de São João da Barra, no Parahyba, para o que seu proprietario já obteve do governo o privilegio exclusivo pelo tempo de 10 anos.

Com o advento e introdução de novas tecnologias agrícolas e industriais, no que se refere à monocultura canavieira, ocorreu o aprimoramento da qualidade do produto e aumento de sua produção. Tais mudanças ocorreram tanto no setor agrícola quanto na política local. Na região Norte Fluminense, um dos efeitos deste processo foi a “quebra” da hegemonia espacial das pequenas lavouras, engenhocas e engenhos, bem como a subsequente incorporação destas terras pela agricultura açucareira. Por outro lado, soma-se a este processo de re-ordenamento da estrutura fundiária, o projeto estatal de saneamento da planície campista.

Em 1866, o cenário eleitoral da província possuía como maiores colégios eleitorais: Campos (100 eleitores), Niterói (88), Piraí (73), Itaguaí (68), Barra Mansa e Angra dos Reis (65 cada). O município de Campos ocupou durante o período do Império a condição de “cabeça de distrito”. Já em 1881, Niterói contava com 1.131 eleitores, e Campos, com 1.108, ambos permaneciam como os principais colégios eleitorais da província do Rio de Janeiro. Seguidos por Valença (602), São Fidélis (588) e Rezende (514) (Nunes, 2003, p. 313).

Entre 1837 e 1875, a área urbana teve um pequeno crescimento devido ao aparecimento da ferrovia a partir de 1873. Esse crescimento se deu onde hoje é denominado “Alto do Liceu”. Instalaram-se residências de classes

sociais elevadas, como a residência do Barão da Lagoa Dourada, construída em 1864, atual Colégio Estadual Liceu de Humanidades de Campos.

De 1875 até 1944 a expansão da cidade seguiu o Plano Urbanístico de 1902 elaborado por Saturnino de Brito. Esse plano abordava a questão das lagoas, dos brejos, da salubridade e o nível da água. Contudo, as intervenções do poder público para concretização desse plano foram poucas e isoladas.

O período que se estende da década de 1930 até meados da década de 1970, caracteriza-se por programar projetos de drenagem na planície alagável, intervenções de grande escopo nestes ecossistemas, que propiciaram um salto qualitativo no processo de controle das águas e agregação de novas áreas cultiváveis. Assim, é pertinente afirmar que os projetos de drenagem sempre estiveram relacionados à valorização da terra com o pretexto de sanear a região. O Estado realizou um grande trabalho de engenharia hidráulica para proporcionar à lavoura de cana e à pecuária maior extensão de terras, através do dessecamento de brejos, lagoas e áreas periodicamente inundadas.

No primeiro Recenseamento Nacional, em 1872, o número de estrangeiros em Campos era maior do que na cidade de São Paulo. Somente na zona urbana do município havia 19.520 habitantes. Sendo eles: 16.769 brasileiros, 1.600 escravos, 811 portugueses, 60 franceses, 57 italianos, 37 ingleses, 27 holandeses, 24 alemães, 20 belgas, 7 chineses, 6 suíços, 3 espanhóis, 2 paraguaios, 2 austríacos e 2 norte-americanos (Pereira Pinto: 2006, p. 141). Ainda que não figurasse entre esses números, que refletem a zona urbana, desde 1830 deu-se início a imigração síria e libanesa na região.

Os imigrantes geralmente se direcionavam a Campos por causa das usinas de açúcar, como é o caso de alguns franceses da 'Compagnie Sucréria Bresilienne' que possuíam as usinas Paraíso e Cupim, ou o inglês Walter Preytman, proprietário da Usina Santa Cruz. Outros, como norte-americanos e ingleses, para a construção da Leopoldina Railway e a ponte sobre o Rio Paraíba. O norte-americano Jos Beal ilustra tais contribuições, pois foi quem importou dos Estados Unidos a aparelhagem para instalação de iluminação pública no município em 1882 (Pereira Pinto: 2006, p. 155), sendo sua inauguração em 24 de junho de 1883.

Ao longo do tempo a economia campista desenvolveu-se ligada à agroindústria açucareira. Posteriormente uniu-se à pecuária de leite e de



engorda. Junto a esses, atualmente a economia campista está vinculada aos royalties do petróleo. Apresenta ainda um conjunto diverso de indústrias de confecções, doces, bebidas, transformação de mármore, pedras e móveis. Sua população em 2007, segundo o IBGE, era estimada em 426.154 habitantes e sua área total é de 4.032 km<sup>2</sup>.

Em 1944, o município organiza um Plano de Urbanização para Campos elaborado por Coimbra Bueno e Cia Ltda. Os mapas anteriores referem-se a parte do projeto que trata do Canal Campos-Macaé e o resultado final. Nesse trabalho foram incluídos os principais problemas da cidade e procuravam-se soluções pensando no crescimento futuro. O resultado desse plano de urbanização pode ser visto na foto abaixo do Parque Alberto Sampaio com o Mercado Municipal ao fundo.

A partir da década de 1950, acelerou-se o processo de urbanização por todo o município. Entre os anos 50 e 60 do século passado, intensifica-se o processo de parcelamento da terra. Nesse momento, a ocupação não segue somente o curso da ferrovia e o curso do rio Paraíba. Somam-se a esses fatores o acompanhamento da estrada BR-101, sempre em direção ao norte. A expansão ao sul do Paraíba

é contida pelas terras de aproveitamento agro-industrial, grandes propriedades pertencentes às usinas de açúcar, o que contribuiu para frear o crescimento horizontal do núcleo e incentivar o adensamento e o crescimento vertical (Costa, 2005).

Campos dos Goytacazes ainda se apresenta como maior município do Estado do Rio de Janeiro, em termos territoriais, contudo, já perdeu grande parte do seu território para distritos que se tornaram municípios. Entre as décadas de 1980 e 1990, sofre o desmembramento dos distritos de Italva e Cardoso Moreira, o que representa menos 25 mil habitantes da zona rural. A desigualdade social entre essas zonas é cada vez maior, levando a população rural cada vez mais pobre ao êxodo. Assim, mais uma vez a população da zona rural diminui e a população urbana aumenta, trazendo mais disparidades sócio-econômicas dentro da cidade. As áreas da cidade demonstram a polarização das grandes populações, pois o centro urbano é cercado por 32 favelas. Avaliava-se que 20 mil habitantes viviam em extrema pobreza e 70% da população possuíam a renda em torno de um salário mínimo (Pereira Pinto:

2006, p. 138).

Nas duas últimas décadas do século XX Campos dos Goytacazes não apresenta um grande desenvolvimento econômico. O ponto de crescimento se estabelece no setor educacional pela chegada de diversas universidades, como a UENF (Universidade Estadual do Norte-Fluminense). Hoje, mais de 27% dos que a habitam, vivem e trabalham no município são de “não campistas”, fruto do grande crescimento desse setor.

## 2.2. CANAL CAMPOS-MACAÉ:

O ponto diferencial do Canal Campos-Macaé para ser o objeto específico desse estudo, como representante do município de Campos dos Goytacazes quanto a política patrimonial, é ser um “documento” que consegue abranger memórias não selecionadas e ser uma prova tangível dessas memórias. A construção do Canal não se restringe a uma forma de escoar a produção e do município receber insumos. As memórias a ele relacionadas são a arrumação política local, toda a tecnologia utilizada em sua construção e na indústria açucareira como um todo e as relações entre as classes dominantes política e economicamente e a maioria negra da população campista. Dentro da política patrimonial concebida pelo poder legislativo e a política patrimonial implantada pelo poder executivo o Canal Campos-Macaé não está contemplado. O poder público da cidade, especificamente o governo Rosinha Garotinho, estabelece no programa de governo a implantação de um Museu do Açúcar enquanto o grande marco de todo o período açucareiro do município, o Canal Campos-Macaé é encoberto.

O Canal, obra de grande importância para a região e para o país, 107 quilômetros escavados pela mão-de-obra escrava, fincado no meio da cidade, é um incômodo para grande parte da população. Enquanto a casa onde D. Pedro II se hospedou é uma relíquia do município, o canal em que navegou é conhecido como o ‘valão’ que deveria ser coberto. Questionar o Canal como patrimônio representa um “ir além” da memória selecionada como sua e uma “quebra” da possível coesão da memória coletiva, ditada por uma classe social específica, prevalecendo a memória social. O Canal Campos-Macaé conta a história da inteligência e da criatividade de um povo, possuindo todos os

atributos para ser musealizado e servir de inspiração e instrução para a população (Postman: 1989), retirando o município de Campos de uma posição confortável e de uma perspectiva convencional.

Com a transferência da corte portuguesa, em 1808, Dom Pedro II programa a modernização da produção de açúcar, e sua primeira mudança se efetivará numa usina do Estado do Rio de Janeiro, no município de Quissamã. Esse fato é devido a perda de mercado externo para outros países melhor aparelhados. Antes e durante o século XIX a Planície Goitacá despontou como produtor privilegiado de cana-de-açúcar.

Em 1827 havia em Campos setecentos (700) engenhos, ano em que surge o primeiro engenho a vapor. Em 1834 mais três tornam-se a vapor. O problema é que o cultivo continua de subsistência, com derrubada da vegetação nativa e queimadas. “Em 1860 monta-se a primeira caldeira multitubular no engenho de Cupim e o primeiro “bangüê americano” para evaporação” (Rodrigues: 1988, p. 74).

O novo tipo de engenho traz um crescimento da produção da cana-de-açúcar. Entretanto, a transferência dos produtos de Campos para o Rio de Janeiro, ainda que próxima, era extremamente difícil. A estrada que fazia a ligação entre as duas cidades era de péssimas condições.

Havia uma estradinha, que mais merecia o nome de trilha, fazendo a ligação. O seu trânsito com muares carregados ou quiçá com carros de tração animal não era viável na escala necessária. Inúmeros rios sem pontes, regiões por vezes alagadiças, ou atoladoras, outras arenosas, além da longa distância tornavam o trajeto inadequado. O estado precário da via terrestre fazia com que esta na época das chuvas por vezes ficasse intransponível, principalmente para cargas. Assim acontecia Campos ficar várias vezes isolada por meses consecutivos, proporcionando grandes prejuízos (Weichert, 2005, p. 261).

Até aquele momento todo o açúcar, destaque da economia campista, era transportado em carros de bois. Além da preocupação em agilizar o escoamento de sua produção, o município, devido às suas condições geográficas, precisava de uma forma alternativa para a entrada de gêneros de consumo<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> “Até hoje destes caminhos hidroviários, são nos países desenvolvidos, cultivados co-

A produção crescente faz surgir as primeiras reivindicações no sentido de exportar o excedente, estando a capital do Império, mercado com maior potencial de consumo, relativamente próxima. A necessidade de escoar a produção faz surgir o projeto embrionário do canal Campos-Macaé como via de acesso, e com ele o elo que faltava para fazer a ligação com a corte, já que Rio e Macaé estavam interligados por via marítima (Silva, 2000).

Em 1794 o bispo José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho sugere a criação do Canal Campos-Macaé no livro *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias*, editado em Lisboa.

O inglês J. Freese solicitou uma permissão para construir um canal entre as Villas de São Salvador de Campos e a de São João Baptista de Macahé em 1835. Seu intuito era construir um canal que pudesse se estender até a Baía de Guanabara. No mesmo período, na Europa, diversos países já possuíam canais interligando seus rios, lagos, cidades, portos, visando facilitar o escoamento de suas mercadorias e de passageiros<sup>14</sup>.

O primeiro Visconde de Araruama, José Carneiro da Silva, em 1836, incentivou a obra ao mostrar para o governo provincial as suas vantagens. Contribuiria para o dessecamento dos pantanais da região, para a drenagem das águas estagnadas, para o transporte fluvial e para a substituição do porto de São João Barra com foz perigosa, pelo de Macaé (Feydit, 2004, p. 264). Ao publicar a obra *Memória sobre a abertura de um novo canal para facilitar a comunicação entre a cidade de Campos e a vila de Macaé*, o Visconde justifica a necessidade da construção dessa benfeitoria, conseguindo aprovar a Lei de 19/10/1837 que avaliava a construção do Canal. Além de facilitar a locomoção

---

mo excelentes e econômicas vias de transporte de mercadorias a granel e de pesados, e às vezes também para turismo, competindo com as de ferro e rodovias que principalmente hoje permitem velocidade bem maior” (Weichert, 2005, p. 264).

<sup>14</sup> “Vinte e quatro horas apenas de estada nesta cidade não me habilitão para fazer della uma descrição judiciousa e exacta; farei pois disto objecto da minha seguinte carta, onde tratarei tambem das luminarias, e do canal que se está abrindo, e por onde fizemos a maior parte da nossa viagem. Entretanto direi de passagem que a cidade é vasta, bella e opulenta, as luminarias estão brilhantes e de gosto, e o canal me parece que encerra grandes vantagens e manifesta utilidade para o commercio e commodos das duas cidades de Macahé e Campos, que com elle prosperarão ainda mais. O vapor não tem nem uma hora mais de demora, e por isso nada mais posso dizer” (Freire, 1847, p. 28).

entre as cidades, o canal proporcionaria a drenagem de muitas águas paradas que traziam doenças para a população, como a malária.

A Câmara Municipal de Campos envia representação ao Presidente da Província sobre a utilidade do canal que transportaria os produtos agrícolas e outros gêneros de consumo. O ofício dirige-se ao major Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde, chefe da 4<sup>a</sup>. Seção, datado de 15 de novembro de 1838, justificando a necessidade de construir um canal entre os rios Paraíba do Sul e Ururaí.

Uma representação acerca da necessidade do canal é enviada em 1843 pela Câmara de Campos à Presidência da Província. Buscavam uma forma de escoar os produtos agrícolas do município e entrarem os gêneros de consumo em qualquer tempo. A Lei Provincial nº333, de 11 de maio de 1844, autorizava a construção do Canal Campos-Macaé e garantia o crédito de mil quatrocentos e trinta e dois (1.432) contos de réis.

A data em que se iniciou a obra difere em algumas fontes. Apontam como sendo em 1843, antes da autorização; ou no dia 1 de outubro de 1844; ou, ainda, em março de 1844, segundo Charles Ribeyrolles (Weichert, 2005, p. 274), que acrescenta a obra ter sido dividida em dois lotes, e esses repartidos por quarenta e cinco (45) empreiteiros. De qualquer forma, o objetivo permanecia: tornar comunicáveis os rios *Parahyba* e *Ururahy*.

Para que haja uma melhor compreensão desse processo, é importante mencionar a configuração urbana da época. O perímetro formado pelas ruas Barão do Amazonas, Vigário João Carlos, São Bento e Formosa era ocupado pela lagoa do Furtado, assim denominada por estar localizada em terras que, por volta do século XVIII, pertenceram ao padre Manoel Furtado de Mendonça. A rua Barão do Amazonas, antiga Rua do Alecrim, tinha início na Beira Rio e terminava na Rua do Conselho (atual João Pessoa). Para estender seu traçado até a Rua Formosa, sucessivos aterros, compostos basicamente de material orgânico, foram feitos sobre a lagoa. Por se tratar de material de difícil compactação, a rua recebeu o apelido de Rua “Fofa”. A área onde se localizava a lagoa do Furtado serviu inicialmente como bacia para possibilitar a formação do canal (Vasconcellos, 2000).

No período da construção, cogitou-se ligar o Canal ao rio Paraíba do Sul. A dúvida era que, por um lado, seria de grande valia permitir a continuidade de navegação do canal com o rio, criando uma melhor forma de

renovação da água do canal; por outro, quando o nível das águas aumentasse, a cidade correria séria ameaça de inundações. A obra não precisou de instalação de comportas para contornar desníveis, a não ser uma, no sul do município de Campos dos Goytacazes. Dessa forma, optou-se por fazer uma ligação por tubulação para adução de água ao canal. Hoje há uma comporta no muro junto à margem do rio Paraíba dificilmente detectada.

O trecho inicial do canal, próximo ao rio, foi encoberto e transformado no Parque Alberto Sampaio. Esse espaço era originariamente a lagoa Osório, que foi totalmente drenada durante a construção e onde se estabeleceu o ponto final do Canal, denominado Bacia.

O imperador Pedro II esteve na Villa de São Salvador de Campos quatro vezes durante o período em que governou o país. A viagem de maior tempo foi em 1847, quando seu principal compromisso oficial era conhecer o canal ainda inacabado, a maior obra de engenharia em execução no país.

Tenho ouvido de fontes *soi disant* authenticas, que S.M. observou com agrado e satisfação a obra do canal, e que louvará a sua empresa; quanto ao ministro e mais senhores que acompanhão o principe, parece incontestavel que acharão a obra perfeita e encerrando grandissimas vantagens (Freire, 1847, p. 31).

Reginaldo Moniz Freire descreve a viagem de Pedro II para reconhecimento do canal através de cartas, semelhantes a um diário, na publicação *Itinerário da viagem de S. M. I. à província do Rio de Janeiro*. Todo o percurso é minuciosamente descrito, do canal, das vilas de Campos<sup>15</sup> e Macaé, suas populações, como recebiam o imperador<sup>16</sup>, porém, o que nos é de mais valor é sua explicação, e opinião, sobre a construção que visitava. Ao descrever a cidade de Macaé, Freire diz que essa tem condições de grande prosperidade, o que só iria aumentar com a construção do novo canal, como vantagens ao comércio e ao transporte da população das duas cidades.

---

<sup>15</sup> “Em todo o longo transito até á casa de sua residencia recebeo S.M.I. as mais vivas e entusiasticas provas de amor e adhesão dos seus subditos os Campistas; as janelas estavam cheias de senhoras, que abanavão com os lenços e davão vivas com o maior prazer, e as ruas não cabião o povo que em torrentes se precipitava para vêr e saudar o monarcha” (Freire, 1847, p. 27).

<sup>16</sup> A carta em que Freyre descreve suas impressões sobre a obra do Canal encontra-se nos Anexos.

Asseguravam que a construção ficaria pronta no ano seguinte. O autor não entra em detalhes sobre o canal nesse momento, pois se ocuparia dele posteriormente, quando tivesse conhecido todo o trajeto, afinal, se tratava de uma questão de interesse público<sup>17</sup>.

Os trabalhos de escavação do canal eram todos executados por braço humano. A máquina a vapor era uma tecnologia de poucas décadas na Europa, tornando-se cara a aquisição, além de pesada por causa da caldeira, e exigir diversos cuidados específicos para evitar incrustações e conseqüentes explosões. Força de trabalho especializada para isso teria na região por causa de algumas moendas de cana-de-açúcar com máquinas a vapor, mas em nenhuma fonte estudada há qualquer menção ao uso desse tipo de equipamento na escavação do canal (a seguir, duas fotos do processo de rebaixamento do Canal). Não há registro sobre a tecnologia utilizada nessa construção. “Certamente houve dificuldades e soluções algo diferentes em diversos locais conforme o solo e a incidência da água local” (Weichert, 2005, 265).

Conforme se adiantavam as obras do canal, iniciou-se sua navegação fazendo uso de canoas de todos os tamanhos. O “Almanak” para o Ano de 1853 publica um anúncio da ‘Companhia de Navegação por Vapores - Macahé e Campos’ (p. 313) com o seguinte texto:

Esta companhia é dirigida por uma gerência, e se emprega em navegação de cabotagem; tem privilégio exclusivo para seus vapores navegarem pelos portos de Macahé, Campos e Cabo Frio, e nessa carreira emprega 2 vapores, suas partidas desta para estes portos são três dias antes das luas novas e cheias, e seu regresso de Campos para o Rio de Janeiro é um dia depois das mesmas luas; e também emprega dois vapores na carreira de Santos. O seu escriptorio é na Rua Direita, nº41, e ahi se acharão seus empregados todos os dias uteis das 9 horas da manhã até as 3 da tarde.

Agentes fora da côrte:

Antônio José Pereira Codeço Júnior - Cidade de Campos

---

<sup>17</sup> Somente a Lei Nº 333, de 11 de maio de 1844, referente ao crédito extraordinário para construção do canal Campos-Macaé, destinava 432 contos de réis. Essa lei data de quase um ano após o início das obras, deliberada em 22 de agosto de 1843 (Carneiro, 1985, p. 29).

A empresa Companhia União Industrial, apresentava um serviço regular, com o preço da passagem em quinze (15) mil réis. Em 1853 foram 2.067 pranchas e canoas, e 652 balsas a transitar pelo Canal. Em 1854 ocorre um pequeno crescimento dessa estatística, elevando para 2.925 pranchas e canoas, e 1.232 balsas.

No mesmo “Almanak”, no item ‘Administração das Obras Públicas da Província’, a comissão do “Canal de Campos a Macahé” era formada pelo Barão de Ururahy, de Quiçamã (presidente da comissão), Visconde de Araruama, de Macahé, e pelo engenheiro Tenente-coronel Ernesto Augusto Cesar Eduardo de Miranda.

A utilização de balsas era geralmente para o transporte de madeira. Grandes cargas, entre quinhentas (500) e seiscentas (600) arrobas, e passageiros eram transportados em pranchas, medindo entre 13,2 e 15,4 metros de comprimento, dois (02) metros de largura e noventa (90) centímetros de altura. Por serem embarcações grandes, de difícil manobra, eram confeccionadas com duas proas, evitando o trabalho de inverter sua posição.

O sirga era o sistema de propulsão das embarcações mais recomendada. Esta porém dependia do bom estado dos caminhos de sirga ao longo do canal, o que na ocasião da inspeção do engenheiro Halfeld não ocorria. Na sirga traciona-se por cordas a embarcação, da margem, por humanos ou animais. Nos lagos este processo não era possível. Outros recursos eram o remo e as varas. Com as varas, sendo a água rasa, a embarcação era empurrada fincando as varas no fundo. Por fim ainda existia o vento. Dada a direção prevalecente, do vento, na região, esse não deve ter sido de muita utilidade (Weichert, 2005, p. 280).

Todavia, enquanto o canal não foi completamente escavado, fazia-se baldeação, tanto para o transporte de cargas quanto para passageiros, em carruagens ou lombo de animais, tanto para as cargas como para os passageiros.

Após sua descrição do Canal, Freire (1847) chama a atenção de que naquele momento daria sua opinião sobre a construção que visitava:

Dous rios de alguma importância atravessão o canal e correm a desaguar na lagôa Feia, o Macabú e o Ururahy, distando um córte do outro cerca de 5.000 braças: entre estes dous córtes está comprehendida a lagôa de Jesus; a da Piabanha está depois do



ultimo mais chegada a Campos. O canal tem de largura 50 palmos nos lugares escavados, e de profundidade 8 palmos pouco mais ou menos, o que é variavel; pode ser navegado a remos à vara, e mesmo a véla em alguns logares, pelas taes pranchas, canôas ou pirogas, ou como em direito melhor nome tenham, as quaes podem bem conduzir cada uma 800 arrobas de café ou assucar. Elle oferece uma viagem segura e calculada, pois póde ser navegado desta cidade até Macahé em 21 horas, tendo-se calculado que em hora e meia anda-se uma legua de canal. As pranchas podem commodamente navegar uma de Macahé para Campos e outra no sentido inverso, sem receio de se impedirem ou prejudicarem, conseguindo-se deste modo a conducção facil da quaesquer mercadorias ou generos de um para outro porto, e principalmente das vastas extenções de terras e sertões lateraes dessas fazendas centraes ou marginaes situadas aos lados delle e nas cabeceiras assás povoadas dos dous rios, para qualquer dos dous portos acima mencionados. Uma cousa curiosa e digna de notar-se que ha no canal, é essa immensidade de braças navegaveis collocadas em linha tão recta, que a vista nellas se perde; algumas porções ha que tem talvez 4 mil braças de comprido. Que a cidade de Macahé obterá com a abertura do canal grandes resultados e novos elementos de augmento e prosperidade, é para mim negocio de primeira intuição; que o municipio de Campos ganhará tambem alguns commodos de mais e alguns perigos de menos, é cousa que não soffre duvida, segundo o que tenho observado. Nesta cidade vem o canal terminar dentro mesmo da cidade, na lagôa do Ozorio, nas proximidades das ruas do Alecrim e outras, devendo ahi fazer-se o fundeadouro para as barcas que se destinarem á navegação delle. Não obstante porem toda esta quasi manifesta utilidade, ha aqui espiritos tão refractarios, tão rebeldes á razão e de tão mesquinho alcance, que contestão as vantagens desta obra gigantesca, e até, segundo me parece, que não poupão occasião de desacreditar-a, ou ao menos de attenuar a sua conveniencia: não será porém seguramente por isto, que ella deixará de ser em breve concluida, e que praticamente se poderá reconhecer quem tinha razão (Freire, 1847, 31-32).

No dia 02 de dezembro de 1861, aniversário do Imperador, marcaram a inauguração do canal. Para a solenidade chegaram a Macaé vinte e cinco (25) pranchas com oito (08) passageiros, e, entre eles, o Visconde de Araruama. A construção custou quase dois mil (2.000) contos de réis para o governo, e não há fonte de quanto foi pago pelos bolsos particulares e sobre o custo dos escravos. O Jornal 'A Regeneração', de 08 de dezembro de 1861, noticiou:

Ontem, às sete e meia da tarde, chegou o vapor "Macabu", trazendo cinco passageiros de Campos, em transito para a Corte, saindo às seis e meia horas de Campos, vieram com treze (13) horas de viagem, mas, deduzindo uma hora de demora em Quissamã e hora e

meia em três pontos, foi a viagem só de 10 horas e meia. A sua extensão é de cem (100) quilômetros e quinhentos e sessenta (560) metros, sendo que, dezessete (17) quilômetros por dentro de lagoas e rios.

Em outubro de 1863 inicia-se o serviço de escavação para que o canal fosse abastecido pelas águas do rio Paraíba, o que permitiria sua navegabilidade. Nesse ponto, percebe-se que a retirada da água provavelmente foi o obstáculo principal, principalmente porque a água brotava incessantemente, mesmo à noite, quando era mais difícil manter as atividades. Weichert (2005), um engenheiro, chama a atenção para o obstáculo da água e para o trabalho de escavação:

A escavação foi realizada com pás e enxadas e sua remoção provavelmente em lombo humano ou de animal, ou arraste em couros ou similares. Por outro lado encontramos em “Atos e Fatos da Antiga Campos”, de Marília B. S. Carneiro (1985), foto eventualmente da escavação do canal dentro de Campos, no trecho atualmente chamado de “Valão”, denotando a presença de vagonetes. Estes, de ferro, correm sobre pequenos trilhos e têm caçamba basculante. Podem ser movidos a mão, por tração animal e até por pequenas locomotivas. Não acreditamos que se tenha utilizado este último recurso. Com os trilhos instalados em suave rampa, teriam permitido rendimento bem maior por trabalhador atuante. Não encontramos qualquer descrição de que este recurso foi utilizado e se o foi, se em toda a extensão da obra. Possivelmente este sistema de vagonetes pode ter sido já empregado nos engenhos mais adiantados para recolher a cana cortada no campo e o transporte do açúcar, etc. Certo é que a “força motriz” de toda obra foi o negro escravo. Foi graças a estes homens, sem nome, sem memória, sem direitos, sem glória, que se realizou a obra. Para redimir um pouco a dívida que se tem para com estes humanos, a cidade de Quissamã erigiu-lhes recentemente, às margens do canal, um monumento, de alto-relevo em bronze sobre placas de granito, em homenagem. Não encontramos informações quanto ao número de escravos aplicados, à sua origem, ao seu tratamento, ao número de acidentes e óbitos que certamente ocorreram durante a obra (p. 266-267).

Em contrapartida a farta mão de obra escrava, o canal demorou a ficar definitivamente pronto e teve vida breve (na foto abaixo, monumento ao negro em Quissamã).

Em 1875 o funcionamento da estrada de ferro Macaé - Campos, a partir do dia 14 de janeiro, potencializa o fim à utilização do Canal e leva-o ao esquecimento.

Os quase dois mil contos de réis consumidos com sua construção não tiveram o retorno esperado com a construção da estrada de ferro, tornando o canal obsoleto alguns anos depois. Unindo-se ao advento das ferrovias, a criação das rodovias tomou a utilidade do Canal Campos - Macaé, e transformaram os canais de navegação em canais de drenagem. Enquanto o trajeto pelo Canal levava de dez (10) a treze (13) horas de viagem, no trem gastava-se cerca de quatro (04) horas. Buscando o lucro do transporte do açúcar e outras cargas, a ferrovia construiu outras ligações até os armazéns dos maiores engenhos.

Segundo Rodrigues (1988, p. 97), em 1882, o governo da província decidiu que a navegação fluvial não era mais necessária, Antes disso, em 03 de dezembro de 1874 o contrato com a empresa que fazia o transporte pelo Canal foi rescindido. “A facilidade de construção de ferrovias, comparada à construção de canais, a velocidade de trânsito muito mais elevada, conduziram rapidamente ao obsoletismo ou à redução do uso dos canais navegáveis” (Weinchert, 2005, p. 269).

Em 1891 propõe-se o aprofundamento do canal para escoamento das águas das cheias, o que só foi posto em prática em 1929.

A partir de 1935, com as obras de drenagem efetuadas pela Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, criada pelo governo federal em 1933, o Canal foi incorporado a uma vasta rede de canais e comportas.

Em 1944 o prefeito Salo Brand implementou o projeto de reurbanização de Campos, integrando harmoniosamente o Canal Campos-Macaé ao parque Alberto Sampaio. O trabalho foi elaborado pelo escritório de arquitetura Coimbra Bueno, que possuía em seu currículo a construção da cidade de Goiânia.

Em março de 2000 surge um projeto do Governo do Estado, Petrobras e Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes para cobertura do canal na parte localizada no perímetro urbano central (anexo II). Repete-se a decisão de quando o Parque Alberto Sampaio foi reformado na década de 1980 (anexo III), e considera-se somente o que a população hoje denomina pejorativamente de “valão”. Nesse mesmo ano, como expomos anteriormente, alguns habitantes da cidade solicitaram formalmente, junto aos órgãos competentes, o tombamento do Canal. O reconhecimento provisório do INEPAC em 2002 foi

vetado pela então governadora Rosinha Garotinho na ALERJ em 2004.

Atualmente o canal Campos-Macaé encontra-se abandonado em vários pontos, poluído e assoreado. Sendo o principal local de lançamento de resíduos líquidos e sólidos do município. Como o canal corta a cidade, há, da parte do governo municipal, a intenção de cobri-lo, como já aconteceu no trecho que se estende do rio Paraíba do Sul à Rua Formosa. Assim o canal Campos-Macaé corre o sensível risco de ficar seriamente descaracterizado pelas obras de aterros legais e ilegais (como já tem acontecido), assoreamento e fechamento pela vegetação, uso indevido, etc, ou até desaparecer em alguns trechos. Percorrer todo o trajeto do Canal mostra que ainda existem trechos onde o mesmo se apresenta amplo e cercado de vegetação, como dentro do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, criado em 29 de abril de 1998 por Decreto Federal, possuindo 14.860 hectares, constituído por áreas de Quissamã, Carapebus e Macaé.

A construção do Canal pode ser considerada um grande fracasso. No entanto, naquela época, naquele momento, o Canal foi de grande importância para o comércio e para o transporte de pessoas, num município que ficava isolado pelas chuvas. Essa construção foi a solução que o homem concebeu e conseguiu colocar em prática para ultrapassar os limites impostos pela natureza, ainda que com poucos recursos.

Ao conhecer um pouco mais desse Canal questionamos quais forças envolvem esse processo de esquecimento. Sabemos que nossa cultura é transplantada (Oliveira, 2008, p. 09). Diversas idéias de fora foram absorvidas pelo nosso país e consideradas como culturais ainda que não originárias daqui. Nesse processo, certos transplantes funcionam “melhor” em uns locais do que em outros, como quando analisamos o caso do Canal Campos-Macaé. Portanto, o questionamento das forças que influenciam posicionamentos distintos nos municípios.

**CAPÍTULO III:  
PATRIMÔNIO, POLÍTICA CULTURAL E  
OCULTAMENTO**

## CAPÍTULO III

### PATRIMÔNIO, POLÍTICA CULTURAL E OCULTAMENTO

Pensar as políticas culturais de um município é perceber o resultado das atividades políticas desenvolvidas com caráter normativo e ordenador, fruto da articulação dos agentes que atuam no campo cultural, tanto na iniciativa pública quanto na privada.

A relação entre Estado e cultura não é nova. Porém, o olhar do Estado para a cultura como uma área de atuação de políticas públicas é uma nova abordagem. As políticas culturais brasileiras possuem uma trajetória, da mesma forma que os conceitos de patrimônio, museu e memória não são idênticos nos diferentes períodos da história e na perspectiva de diversos autores. Portanto, certas abordagens, como a pressuposição de formações de memórias sociais e de grupos relativamente estáveis, não seriam adequadas para analisar a relação entre patrimônio, museu e ocultamento dentro das políticas culturais de Campos dos Goytacazes.

O presente capítulo apresenta a memória social, o patrimônio e o museu, não nas diversas definições em que os apresentaram ao longo do tempo, contudo, nas formas adequadas para dar conta da dinâmica do que Foucault denomina “dispositivo”. Lembramos que falar de memória e patrimônio é falar de museu, principalmente quando tratamos de um documento que é exemplo de patrimônio integral, que trabalha com a memória do homem no planeta (Scheiner: 1998). Na parte final, traçamos o histórico das políticas públicas de cultura no Brasil perguntando-nos como, nesse processo, se desenvolvem os processos de ocultamento.

#### 3.1. Memória Social:

A função da memória social é extremamente elaborada, e o poder de rememoração é uma conquista de extrema importância antes da difusão da escrita, proporcionando certa permanência e durabilidade ao mundo humano, marcado essencialmente pela transitoriedade. Por isso, a memória oral surge como um meio de preservação. Meyerson (1987) considera que a memória

representa uma conquista do homem de seu passado individual. No entanto, a identidade<sup>18</sup> não é absoluta, mas relativa aos grupos, aos espaços e tempo a partir dos quais é vista.

A proposição básica da memória social é seu caráter construtivo em função de uma realidade presente, não como reprodução de vivências passadas, mas apoiando-se nas necessidades e interesses da sociedade e da cultura. Fentress e Wickham (1994), elegem como princípio unificador da memória social a interação e comunicação dos processos construtores. Para Pierre Nora (1993), a memória social opera como um registro e como construção do passado vivido dos grupos e o que esses fazem do seu passado, sendo uma forma de transmitir um modelo existencial e normativo.

O ponto crucial da memória social é que sua institucionalidade ordena a vida simbólica da maior parte das culturas. Tal como nos menores grupos, as nações não recordam espontânea e coletivamente. Nesse nível, a memória pode ser espontânea ou manipulada envolvendo discursos retóricos dirigidos a opositores internos ou externos, pode estar internamente dividida e ser combatida. A sua articulação pertence essencialmente às elites políticas e é relativamente raro ser contestada por outros grupos sociais, ainda mais raramente com êxito, segundo Fentress e Wickham (1994).

Sendo a memória construída, é necessário conhecer os diferentes atores e processos que participam desse trabalho. Cada grupo social, cada momento ou crise ocasionam novas tradições, definindo o que e quem deve ser lembrado, daquilo que é “bom e verdadeiro” (Oliveira, 1986, p. 71). Porém, a classificação de algo como o que é bom e verdadeiro é suscetível aos construtores da memória e a posição social que ocupam. A disseminação da prática da memória é tão ampla quanto é variado o enfoque na utilização política da memória (Huysen, 2000, p. 16).

Até as primeiras décadas do século XX, privilegiava-se o futuro em detrimento ao passado quando, a partir da década de 1980, ocorre um

---

<sup>18</sup> A identidade é um instrumento de ação sobre o mundo social e estabelece as relações de força entre os atores sociais. Fatores sócio-ambientais podem interferir na formação das identidades dos indivíduos, aproximando identidade e subjetividade. São as identidades que fazem a mediação entre a estrutura social e a ação dos sujeitos, e são readaptadas a partir das mudanças sociais e novidades culturais.

deslocamento no foco de como se percebia a questão do tempo, trazendo, entre suas transformações, a memória como um dos elementos das preocupações culturais e políticas da sociedade ocidental. Os registros que constituem as práticas e representações da memória social são produtos de diversas relações construídas pelas disputas entre os indivíduos nas diferentes esferas sociais. Para preservar, precisamos inicialmente possuir e atribuir um valor ao que desejamos manter. Não há preservação sem a idéia de uma possível destruição, na relação entre a memória e o passado percebemos que o aumento da memória trás, inevitavelmente, um aumento do esquecimento.

A memória é sempre transitória, notoriamente não confiável e passível de esquecimento; em suma, ela é humana e social. Dado que a memória pública está sujeita a mudanças - políticas, geracionais e individuais -, ela não pode ser armazenada para sempre, nem protegida em monumentos (Huysen, 2000, p. 37).

A memória e o esquecimento ganham sentidos e contornos através das múltiplas enunciações que os caracterizam e determinam como uma função dos órgãos públicos. A possibilidade de retomar o silenciado é recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos.

### 3.2. A questão patrimonial:

Choay (2001) delega a origem do patrimônio às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável no tempo e espaço. O patrimônio, nessa perspectiva, transcende a barreira do tempo e do gosto. José Reginaldo Santos Gonçalves (2005), entende os diversos patrimônios como elementos mediadores entre os domínios social e simbolicamente construídos. Para esse autor, a afirmação de que essa categoria constitui-se no final do século XVIII, junto a formação dos Estados nacionais, acaba omitindo o caráter milenar e a distribuição geográfica da questão patrimonial, já presente no mundo clássico, na Idade Média e na modernidade ocidental, ainda que apresente diferenças semânticas. Outro ponto levantado por esse autor é que

---



um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão política do Estado, como essa responsabilidade também não está fundamentalmente nos indivíduos. Apesar de trabalhar com fatos como material operativo, o enfoque ao bem patrimonial depende do narrador e sua intenção.

Abordar a concepção oficial de patrimônio de um município é analisar a construção de sentidos e significados que são associados às leis quando efetivadas pelo poder público. Entendemos por oficial as definições de patrimônio oriundas dos órgãos públicos municipais, especificamente a Câmara Municipal e a Prefeitura. O não-oficial demonstra posicionamento distinto do definido como patrimônio nas leis municipais e o que efetivamente faz-se nos atos governamentais. Os padrões de oficialidade da memória e a participação popular no processo de seleção do patrimônio nem sempre estão em consonância. Memória social, patrimônio e política cultural são elementos que na natureza da sua relação poderiam ser estudados como elementos formadores de um “dispositivo”, segundo a noção desenvolvida por Michel Foucault. Considerando esses elementos como formadores, pode-se dizer que o museu é o resultado oposto ao ocultamento na relação entre memória, patrimônio e política cultural. Como todo museu é uma instituição política (Postman: 1989), não importa a narrativa determinada ao expor seu documento/objeto, pois esse museu que qualquer forma está iluminando esse documento, mostrando sua história e sua existência para a sociedade.

No Brasil, os discursos do patrimônio foram criados na década de 1930, num Estado de tendência autoritária e quando o país passava por transformações políticas, econômicas, administrativas, entre outras. O desejo de controlar a cultura popular não é novo, e a construção de uma identidade nacional inicia-se na nossa educação primária, com a bandeira nacional, o hino, e essa ideologia vem sendo elaborada pela classe dominante.

No Brasil, a legislação sobre o patrimônio cultural é da década de 1930 do século XX, quando o país passou por um processo de integração nacional, com o aprofundamento da construção da “brasilidade”. A opção feita naquela época foi realizada pela arquitetura de elite. Mário de Andrade propôs, em 1936, um projeto de lei em que também fossem incluídos, no patrimônio brasileiro, os falares, os cantos, as lendas, as magias, a medicina e a culinária indígena. Mas Getúlio Vargas e Gustavo Capanema, então ministro

da Educação e Cultura, optaram pelo patrimônio edificado, com o conseqüente tombamento de igrejas barrocas, casas-grandes e outras formas de “pedra e cal”. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, ampliou a definição de patrimônio cultural Brasileiro. Essa conceituação mais abrangente de patrimônio cultural abriu espaço não somente para as expressões da cultura popular, mas também para os “bens imateriais”, que formam o patrimônio intangível. (Oliveira: 2003)

A construção das “narrativas patrimoniais” possui o propósito de formar uma memória e uma identidade, ao mesmo tempo que a memória social é uma fonte para as narrativas, podendo estabelecer-se de forma discursiva através das políticas culturais de defesa, recuperação e preservação do patrimônio. No entanto, a coerência dessas narrativas é vista como sinônimo de coerência factual, funcionando como estratégia do Estado: patrimônio fundamentando e justificando novas identidades construídas.

### 3.3. A questão museológica:

Em 1937 criou-se o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), para proteção dos bens móveis e imóveis do país, durante a Era Vargas. Nesse momento a questão patrimonial era associada à uma percepção utilitária, onde as instâncias enunciantes estão vinculadas ao Estado. A primeira gestão, de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937\1968), tinha em seu discurso o conceito de passado como matriz, objetificava a documentação e preservação do patrimônio edificado na definição de uma identidade nacional. Abusando das referências materiais, o monumento nessa gestão era utilizado como metáfora do passado histórico que significa o presente e define uma identidade nacional.

Os governos federais entre os anos de 1945 e 1960, Getúlio Vargas, Gaspar Dutra e Juscelino Kubitschek, não desenvolveram uma forte atuação no setor cultural (Calabre, 2009; Fonseca, 2005). Nesse período o Brasil apresentou um grande crescimento da indústria cultural, porém o Estado não se estabeleceu como elaborador e fomentador de políticas culturais, restringiu-se a dar continuidade às instituições criadas na Era Vargas. A maior parte das ações empreendidas originavam-se da iniciativa privada.

Em 1946, o país, ao assinar a convenção internacional que fundava a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), compromete-se a estabelecer comissões e instituições que dialogassem com aqueles criados pelo organismo internacional. Em consonância com essa política é nessa época que o Brasil começa a ter seus órgãos de amparo ao folclore nacional. Na década de 1960 o governo prioriza o tombamento de patrimônios arquitetônicos, e, novamente apoiado na ideologia da UNESCO, passa-se a trabalhar as áreas naturais, o étnico, o local e o regional como patrimônios. Nesse período também cria-se o ICOM.

Entre 1966 e 1979, durante os governos militares, as políticas culturais apresentaram as seguintes características: grande presença do Conselho Federal de Cultura, institucionalização da área cultural, através da criação e reformulação da estrutura pública, e atuação em escala nacional das instituições criadas nos períodos anteriores (Calabre, 2009, p. 12).

Em 1970, o Ministério da Educação e Cultura realiza uma reunião com secretários estaduais e municipais para estudar as medidas necessárias à defesa patrimonial no país, oficializando a descentralização das políticas culturais e da recomendação de ações supletivas de preservação através de órgãos estaduais e regionais atuando em conformidade com a legislação federal, tanto que a Constituição de 1988 afirma que “compete aos municípios promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual” (artigo 30).

Na gestão de Aloísio Magalhães no SPHAN (1979\1982) trabalhava-se o passado não como matriz, mas instrumento. Os dois trabalham a nação como pré-existente e patrimônio como representação da identidade da nação e utilizam os museus como mecanismo de disseminação dessa idéia.. A diferença está em Magalhães reconhecer os traços imateriais da cultura (saberes e fazeres). Apesar de valorizar a autenticidade do que o povo produzia, o discurso e a realidade continuam distantes, trabalhando a idéia de trajetória cultural, com raízes na história, e o patrimônio como resultado de processos dinâmicos de cultura.

Entre as décadas de 1970 e 1980, ocorre uma valorização do que é produzido pelo povo como sinônimo de autenticidade. Contudo, permanece a distância entre discurso e realidade, onde o primeiro acata objetivos políticos

específicos e as iniciativas “do alto” compactuam com os discursos e iniciativas oficiais. Em 1982, o plano para cultura e educação do Ministério da Educação e Cultura mostra a continuidade dessa perspectiva, ao utilizar palavras tiradas do vocabulário das oposições para absorver as manifestações populares e controlá-las a partir da vontade do Estado, nos transmitindo uma cultura nacional que converte o regionalista em nacional e ocultando o que o Estado não queria. De 1985 a 2002 a atuação do Estado nas questões culturais foi reduzida, voltando a se fazer presente no primeiro governo Lula.

A crença na autenticidade de seu patrimônio torna viável crer numa realidade comum, numa identidade e memória, não importando o quanto possa variar a definição de patrimônio, de cultura e de autenticidade no decorrer da história. A valorização está nas relações sociais e nas relações simbólicas, não nos objetos e técnicas. A cultura deixa de estar no imaginário para se mostrar como prova de uma tradição incontestável. Os vestígios do passado passam a ser transmitidos como uma existência autônoma, constituindo um conjunto de bens culturais, seja através de relatos, escritos, desenhos, quadros, esculturas ou um fragmento qualquer de objeto. O ICOM (Conselho Internacional de Museus), por exemplo, em 1975, a declaração de Amsterdã inclui em patrimônio arquitetônico as técnicas de construção, novas e tradicionais, e os instrumentos, ou mesmo a necessidade de pesquisas para confecção de um catálogo de métodos e de técnicas utilizados.

Os bens culturais que compõem um patrimônio estão associados ao passado ou à história da nação. São classificados como relíquias ou monumentos, formando um tipo de propriedade capaz de evocar o passado e de estabelecer uma ligação entre os diversos tempos. O passado de uma nação é utilizado com o objetivo de fortalecer a identidade pessoal e coletiva. Nos Estados nacionais é de grande importância a elaboração e implementação de políticas culturais, e entre elas a política museológica, buscando como tratar seu patrimônio, objetivando construir uma identidade nacional ou étnica, o que irá ocorrer, tal como aqui exposto, a partir dos ideais românticos do século XIX.

Qual é a proposta de governo para o município de Campos dos Goytacazes quanto ao aspecto cultural e patrimonial? Patrimônio e cultura podem ser considerados fatores de mudanças sociais e de produção de qualidade de vida. Há história, há memória e patrimônio documental, edificado,

intangível no município, porém não há tradição em desenvolver um trabalho de museologia como hoje se prega. Stanislas K. Adotevi (Desvallées: 2003):

“um museu em si não é nada. Em si, o museu não significa nada. Não passa de um conceito que indica uma ação que deve ser completada, um conceito prático significando que para encontrar e descobrir a realidade à qual faz alusão, é necessário procurar não mais no homem abstrato, mas no homem real, no conjunto das relações sociais e humanas do homem. [...] Em última instância, os objetos do museu nunca representaram mais do que manifestações tangíveis, palpáveis e materiais da existência espiritual e moral do homem, o homem no seu ambiente, as suas tradições, a sua vida, o modo como ele transformou a matéria, interiorizou e assimilou os contributos exteriores, como enfim assumiu a sua cultura. Quer dizer, como assegurou o seu desenvolvimento. Através dos objetos museais sabemos que a cultura ganha raízes num contato permanente entre o passado e o futuro, num diálogo freqüentemente furioso entre a tradição e o movimento”.

Da mesma forma que Desvalées (2003) propõe na nova museologia, buscar-se-á na cidade de Campos “utilizar o patrimônio como um suporte de conhecimento e fazer do museu um lugar de reflexão crítica para todos, proporcionando-lhes conhecimentos que não podem ser adquiridos no exterior”.

O museu busca em alguma parte do passado, presente ou futuro algo que gostaria de valorizar ou que deseja deixar passar (Postman: 1989) São nossos objetivos, decisões e ações que revelam nossos valores.

"No Brasil, a legislação sobre o patrimônio cultural é da década de 1930 do século XX, quando o país passou por um processo de integração nacional, com o aprofundamento da construção da "brasilidade". A opção feita naquela época foi realizada pela arquitetura de elite. Mário de Andrade propôs, em 1936, um projeto de lei em que também fossem incluídos, no patrimônio brasileiro, os falares, os cantos, as lendas, as magias, a medicina e a culinária indígena. Mas Getúlio Vargas e Gustavo Capanema, então ministro da Educação e Cultura, optaram pelo patrimônio edificado, com o conseqüente tombamento de igrejas barrocas, casas-grandes e outras formas de "pedra e cal". A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, ampliou a definição de patrimônio cultural Brasileiro. Essa conceituação mais abrangente de patrimônio cultural abriu espaço não somente para as expressões da cultura popular, mas também para os "bens imateriais", que formam o patrimônio intangível." (Oliveira: 2003)

O Estado é protagonista na relação entre as instituições de cultura e o patrimônio, pois é seu papel coordenar e gerir os planos, programas, serviços culturais e museológicos (Moraes: 2006). O museu é uma instituição política,

podendo esclarecer ou complicar nossa situação, informando o que precisamos saber ou algo que pode ser inútil. Postman (1989) afirma que o museu representará plenamente seu papel ao contribuir para liberar a sociedade de uma visão redundante e convencional.

"Onde há poder, há resistência, há memória e há esquecimento. O caráter seletivo da memória implica o reconhecimento da sua vulnerabilidade à ação política de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável. A ação política, por seu turno, invoca, com frequência, o concurso da memória, seja para afirmar o novo, cuja eclosão dela depende, seja para ancorar o passado, em marcos fundadores especialmente selecionados, a experiência que se desenrola no presente" (Chagas: 2003).

Há uma relação entre memória e poder, e a preservação e divulgação da memória está ligada à política de memória desenvolvida pelas instituições museológicas.

O museu hoje pode ser definido de diversas formas: tradição, espetáculo, lugar político ou de promoção social, cooperação, experiência, criação e manutenção de conhecimento. Consideramos que museu é um depositário de patrimônio e de memória, além disso, um lugar de construção da idéia de estar no mundo, uma espaço de relação entre homens e coisas. Ou mesmo de casa de memória e poder (Chagas: 2003). O que podemos afirmar é que tanto a concepção de museu quanto de patrimônio estão vinculadas à idéia de preservação. Para preservar, precisamos inicialmente possuir, tanto enquanto indivíduo como enquanto coletividade (construindo nossa identidade), instituindo assim um patrimônio e ainda é preciso que se identifique no objeto a ser preservado algum valor. Não há preservação sem a idéia de uma possível destruição, o patrimônio ainda guarda uma relação entre o público e o privado, e outra nos significados de memória e patrimônio. Os objetos museológicos são intermediários entre mundos diferentes, e sua capacidade de múltiplos sentidos ajuda a fomentar tensões e conflitos.

Propriedade e posse, preservação e destruição, perigo e valor, público e privado, e refuncionalização e ressignificação parecem ser os termos que dão o contorno moderno da noção de patrimônio e, de modo particular, da noção de patrimônio cultural musealizado, que, a rigor, é um instrumento de mediação entre diferentes mundos, entre o passado, o presente e o futuro, entre o visível e o invisível. Não é outro o sentido de uma herança que socialmente se transmite em termos diacrônicos e se partilha em termos sincrônicos. Essa herança adjetivada, como indica Norbert Elias, não é apenas social e

individualmente constituída; ela também participa da construção de sociedades e indivíduos" (Chagas: 2003).

O campo museal está em movimento tanto quanto o patrimonial. Os dois processos se confundem, tendo o museu papel primordial em dilatar os domínios do patrimônio (Chagas: 2003). E por conseqüência, o museu tem que repensar seus próprios limites, deve se reorganizar. Isso é perceber o museu como um instrumento que pode ser utilizado e inventado de diversas formas por todos os atores sociais. O museu passa a ser peça patrimonial, e o patrimônio constituinte do museu. Segundo o Estatuto dos Museus, os princípios de política desses espaços seria: a dignidade humana, buscando através dos museus desenvolver integralmente a pessoa e concretizar seus direitos fundamentais; promover a cidadania utilizando os museus na criação, preservação e divulgação do patrimônio cultural de valor social; e esse espaço ainda possui uma função social, pois os museus estão a serviço da sociedade e de seus usuários. Gonçalves (2003) trabalha o museu, enquanto instituição, com sistema de relações sociais e grupo de idéias e valores, procura definir os tipos de museus (narrativa ou informação), demonstra que nas cidades não há nenhum em estado puro. Para ele a relação dos museólogos com o objeto permeia o sensível, através do tato, visão, olfato e audição. Os objetos possuem duas dimensões, a material e perecível, e outra, abstrata, representante de ideais e valores sociais.

O museu, considera Scheiner (1998), é um espelho da sociedade e do indivíduo que a compõe, mostrando a sua relação consigo mesmo e com seu mundo, ou seja, o museu se forma através dos modelos de real construídos pelas diversas sociedades, suas representações materiais e seus valores. "O deslocamento do centro de interesse científico, do Homem para o Universo como um todo, (...), pode ser percebido, na Museologia, pela ampliação radical do conceito de Objeto..., tudo é objeto, com as devidas flutuações. Entende-se assim porque são museus o jardim botânico, o zoológico, o aquário, o biódromo, o parque nacional". O museu vai além do fragmento e passa a musealizar partes do mundo como documento, formando o museu integral.

"O Museu influencia ou orienta rumos, concepções, ações e políticas. No Museu, os embates ganham sentido e dramaticidade, Eles dependem (crescentemente) de dispositivos tecnológicos e informacionais para a legitimidade de seu discurso que configura o

esforço estratégico em garantir uma nova e vital modalidade de construção de hegemonia cultural e social. Tais propósitos são estruturados e estruturadores das relações que envolvem Estado, interesses de grupos e subjetividades. O Museu pretende a legitimidade científica e discursiva. Ele é, na expressão bourdiana, campo de lutas sociais e simbólicas" (Moraes: 2006).

Os museus criam relações, valores e culturas, por isso a importância de analisar a relação entre o Estado e as instituições e políticas culturais em Campos dos Goytacazes, seus objetivos e implementação.

#### 3.4. Políticas culturais:

Compreende-se, hoje, as políticas culturais como políticas públicas que devem ser organizadas a partir de um trabalho conjunto entre os diversos agentes, gestores, produtores ou consumidores, do campo cultural, e não mais o Estado como única figura determinante. Ao incluir as políticas culturais no campo das políticas públicas passa-se a exigir das administrações uma melhor qualificação das suas ações. Esta postura determina que uma política de preservação do patrimônio reconheça o direito ao passado como dimensão básica da cidadania (Paoli, 1992, p.27). Não se trata de sacralizar sua presença, no entanto, de produzir um direito ao passado em contrapartida às versões oficiais.

O reconhecimento do direito ao passado liga-se às linhas de subjetivação como possibilidade de fazer emergir o conflito e a criatividade como critérios para a consciência de um passado comum. Esse processo inclui os riscos da diversidade, da ambigüidade das lembranças e esquecimentos intrínsecos ao próprio "dispositivo". Esses riscos se enquadram como o não-dito dentro do "dispositivo", e demonstram a possibilidade de contínua elaboração como sua característica.

A partir destes pressupostos e enunciações individuais, uma cadeia de equivalência vai sendo construída em torno dos significados acerca da política cultural, do patrimônio e da memória social. Os significados por si só não constituem tal cadeia. Entretanto, sua imersão e articulação a um contexto maior comprovam, cotidianamente, o patrimônio como "relevante". Os significados, em um município como Campos dos Goytacazes, pronunciados pelo poder público municipal, se revestem da "verdade", constituindo-se como



“saberes” acerca da memória social. Assim, as enunciações tornam-se totalizadoras, na medida em que ilustram e são tomadas como parte de uma “mesma” memória.

O que fica obliterado por este esquema de entendimento é a idéia de que um lugar de poder instituído, como o aparelho de Estado, funciona segundo certas lógicas, e que “ocupá-lo” é, na maior parte das vezes, servi-lo na condição de operador de seus dispositivos e, nesta condição, o operador não muda a máquina, ele a faz funcionar. Experimentando a possibilidade de reformas através de intervenções nas formulações e implementações de políticas públicas vinculadas ao Estado (Monteiro et al, 2006, p. 11).

De modo geral, percebemos os órgãos públicos municipais como uma “autoridade” enunciativa de certas “verdades” sobre a história e o “presente”. Contudo, não podemos afirmar que a população, como sujeito deste discurso, é governada pelo discurso oficial, mas, sim, pelas relações de poder e de saber que são instituídas por estas narrativas (e não só por elas), na medida em que imersas no contexto de um “dispositivo”.

A separação entre público e privado, Estado e Sociedade se dá a partir do século XVIII. A sociologia mostra que o Estado é um sistema da sociedade onde se encontra um alto grau de heterogeneidade, é uma parte diferenciada no interior da sociedade. A esfera pública está sempre acima da esfera privada. O mecanismo que possuímos para regularizar tal questão é o direito público. Enquanto, para o direito privado as coisas precisam ser valorizadas para serem preservadas, quando referimo-nos ao direito público, elas devem ser vistas para serem estimadas (Bobbio, 1987, p. 13). O direito privado é oriundo do direito público por exclusão, ou seja, o que é não-público.

A relação entre o “público” e o “privado” compreende as seguintes dicotomias: sociedade de iguais e sociedade de desiguais; lei e contrato. A esfera privada é superada por uma organização mais complexa, como ‘cidade’, nos textos aristotélicos, ou ‘Estado’, nos escritores políticos modernos. Já a ‘lei’, é uma forma assumida pelo direito público de contrato.

Reconhecemos uma sociedade de iguais na esfera privada, quando o aspecto natural é a política, e, no âmbito econômico o mercado seria capaz de igualar as oportunidades. Em contrapartida, uma sociedade de desiguais se

apresenta na esfera pública, em função do Estado, da subordinação entre governantes e governados, entre poder e obediência. Quem não obedece será punido pelo corpo jurisdicional, sendo que o Estado somos nós quando agimos pelo Estado. Considerando que as políticas mudam de acordo com cada governo, uma política pública, seja ela cultural ou não, deve se tornar lei para ser efetiva. A lei é o elemento público do Estado Civil para se confirmar algo, e o contrato tem a mesma função na esfera privada, do Estado de natureza. O contrato é inerente ao Estado de Natureza humano.

Na sociedade civil é onde surgem e desenvolvem-se conflitos que as instituições estatais devem resolver, pela mediação ou uso da força, sendo que seu processo de legitimação, do Estado e do governo ocorre na esfera da própria sociedade civil. Essa parcela da sociedade possui papel importante nos caminhos das leis referentes à cultura ao expressar a consciência social das classes (Chauí, 1981, 1996), contra uma manipulação demagógica da cultura como coisa pública e fazer coletivo, como algo a que todos têm acesso e como promessa ilusória de uma sociedade transparente, na qual todos se comunicam com todos. Representa-se a figura do cidadão participativo e a do protegido, sendo a sociedade civil, e o Estado, contrapontos de uma situação real. Diz Bobbio (1987, p. 52): “Sob este aspecto, sociedade e Estado atuam como dois momentos necessários, separados mas contíguos, distintos mas interdependentes, do sistema social em sua complexidade e em sua articulação interna”.

A direção predominante nos discursos políticos é da parte dos governantes para dos governados, entre superior e inferior. Na Idade Moderna, com a doutrina dos direitos naturais que pertencem ao indivíduo singular, essa perspectiva muda, e a sociedade política começa a ser entendida como produto voluntário dos indivíduos. O Estado e a política possuem em comum a relação de influência ao poder.

Não há como negar que onde há poder, também exista resistência, que a existência de uma memória provoca um esquecimento. Entretanto, resumir o caráter seletivo da memória à ação política de eleger, excluir e incluir os fragmentos memoráveis é tratá-los como efeito ou resultantes dependentes de uma única força. É nesse sentido que a “genealogia” de Michel Foucault diverge da ciência e filosofia política, por colocarem o Estado no centro do

estudo do poder, e estabelece uma “não-sinonímia entre Estado e poder” (Machado, 2009, p. 168). A “genealogia” é a análise dos saberes através de sua existência e transformação como elemento de relação de poder ou como elementos de um “dispositivo”. A metodologia de Foucault, nessa etapa de seu trabalho, era o estudo do poder e sua relação com o saber, em outras palavras, seria uma análise histórica das condições políticas de possíveis discursos. O Estado aqui não é considerado como elemento primordial, central e exclusivo ao poder, e sim articulado aos poderes locais em uma área específica de atuação.

O domínio museal pode ser usado para atender a diferentes interesses políticos, não devendo ser resumido somente a perspectiva do Estado, mas unido a outras maneiras de exercício do poder. Esses elementos se articulam de formas variadas e são indispensáveis para a eficácia da ação do Estado. Assim, preservação e divulgação da memória estão ligadas a uma prática política, mas não resumidas às práticas governamentais. As relações de poder em diferentes instâncias que legitimam e selecionam nossa memória e bens patrimoniais. São essas relações os elementos de um dispositivo essencialmente político.

**CAPÍTULO IV:**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS E CULTURAIS: CAMPOS**  
**DOS GOYTACAZES 1980 A 2009**

## CAPÍTULO IV:

### POLÍTICAS PÚBLICAS E CULTURAIS: CAMPOS DOS GOYTACAZES 1980 a 2009

Após abordar a construção de políticas culturais e museológicas para a seleção, preservação e divulgação da memória social e do patrimônio, esse capítulo estuda as políticas públicas do município de Campos dos Goytacazes entre 1980 e 2009. A escolha desse período considera os seguintes fatores: o desenvolvimento de políticas públicas no país deslocando o foco das questões prioritariamente políticas e econômicas para a questão cultural, a descentralização por parte do governo federal nos programas de educação e cultura, a elaboração da Lei Orgânica de Campos dos Goytacazes ser de 1990 e seu Plano Diretor de 1991, além da primeira obra de cobertura do Canal Campos-Macaé, o objeto dessa pesquisa, ser da década de 1980.

Pesquisar sobre o que é patrimônio em Campos dos Goytacazes, seu potencial e medidas tomadas na área museológica, em especial o Canal, é trabalhar o conceito de museu de território:

Cuja base conceitual não é o objeto, mas um espaço territorial definido, com características geográficas, ambientais e de ocupação cultural consideradas especiais, do ponto de vista de uma dada sociedade: características excepcionais de beleza cênica, condições naturais, ocupação humana e produção cultural. ..., os museus de território se viabilizam com o potencial de trabalhar de forma integrada a memória territorial e patrimonial da região. Nestes espaços "musealizados", a geografia, as formas de ocupação, a memória coletiva, a dinâmica cultural, os produtos dessa dinâmica, coexistem em liberdade e complexidade, gerando emergias ou redes de ações dirigidas a um determinado grupo social ou biológico. Desaparece a vinculação entre museu e passado, entre museu e coisa acabada: pois museu é tudo o que se dá no presente, e também o passado e a projeção de futuro (Scheiner: 1998)

O discurso do poder público municipal de Campos dos Goytacazes apresenta razões para a conceituação específica do patrimônio por esse grupo social. O intuito desse capítulo é compreender as diversas posições quanto ao patrimônio municipal, a transformação do espaço público e os meios de comunicação de massa, que demonstram as tendências governamentais e a interação com a cultura local. No caso do Canal Campos-Macaé, a agroindústria canavieira e o patrimônio de Ciência e Tecnologia podem pensar

a tecnologia tanto como um instrumento de manutenção da estrutura agrária quanto social.

As conseqüências da modernização tecnológica estão além dos resultados de produção, apresentam um fenômeno social mais amplo, onde a tecnologia utilizada na produção do açúcar influencia a história, a economia e as relações sociais. Um exemplo é a drenagem da planície alagável, processo que iniciou com a construção do Canal Campos-Macaé transformando a paisagem local, pois esse projeto significou o reordenamento da estrutura fundiária. Um projeto estatal (1930-1970) alegava ser um plano de saneamento da planície campista. Nesse episódio o Estado realizou um grande trabalho de engenharia hidráulica para proporcionar à lavoura de cana e à pecuária maior extensão de terras, através do dessecamento de brejos, lagoas e áreas periodicamente inundadas.

As lagoas presentes na paisagem campista e que caracterizavam a moradia dos índios goytacazes, as palafitas, sofreram intervenções que propiciaram um salto qualitativo no processo de controle das águas e agregação de novas áreas cultiváveis, mas também apagavam parte tangível da memória social de uma parte da história da cidade. Esses episódios remetem ao texto da carta de Machu Picchu (ICOM 1977) que retorna a carta de Atenas referindo-se à importância do progresso tecnológico e de discutir o impacto da atividade industrial na cidade. Não trata a tecnologia como patrimônio, no entanto a apresenta como problema de uma época e ao mesmo tempo o desenvolvimento científico e tecnológico como forma de oferecer entre os povos recursos para resolver os problemas urbanísticos e arquitetônicos.

As Cartas Patrimoniais criadas nos encontros do ICOM estabelecem que o desenvolvimento global da sociedade exija políticas nos campos da cultura, da educação, da ciência e da comunicação, estabelecendo um equilíbrio entre o progresso técnico e a elevação intelectual e moral. Na carta do México, em 1985, diz que “o patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida” (Cury, 2000 p. 275). Além disso, a educação teria papel fundamental para assimilar valores científicos e técnicos sem excluir as capacidades e valores dos povos.

As “linhas de visibilidade” e “curvas de enunciação” do “oficial”, evidenciadas pelas políticas culturais do poder municipal, são traçadas de forma a estabelecer uma história necessária e documentável. Justamente no ato de não valorizar outros projetos e outras presenças, medindo-os e julgando-os, as narrativas constroem os momentos de rupturas, de descontinuidades, fazendo do presente um “local” mais seguro e equilibrado. Não se trata apenas de esconder e silenciar as outras narrativas dos acontecimentos passados e presentes, mas de formular uma política de patrimônio que preserve apenas alguns testemunhos e tornam visíveis e enunciáveis os motivos pelos quais justificam essa escolha, não sendo relevantes os traços das servidões e dos conflitos neles inscritos. Essa perspectiva crê que “não há memória popular e/ou alternativa à do poder que seja suficientemente valiosa (ou documentada) para poder ser recriada” (Paoli, 1992, p. 26). Este posicionamento, característico de grande parte das políticas de preservação brasileira, busca construir uma memória afetiva com o “oficial”, justificando-a na insuficiência ou ilegitimidade da memória popular. Entretanto, não é papel do Estado definir o que pode e deve ser preservado.

Todo município possui uma legislação e sua criação e efetivação vêm de uma hierarquia acima da unidade da federação que estipula um prazo para a concepção dessas leis. A necessidade de políticas culturais e de estratégias de tombamento enquadra-se nesse caso. A política cultural é um programa de intervenções, que pode ser realizado pelo Estado, pela iniciativa privada e instituições civis, voltado para as necessidades culturais da população. Esse programa pode ter a forma de normas jurídicas ou intervenções diretas, como criação de museus, centros culturais ou apoio a manifestações (Coelho, 2004, p. 293). Essas ações buscam incentivar a produção e distribuição da cultura, como também a preservação e divulgação do patrimônio.

Para tanto, há que repensar a relação entre Estado e políticas públicas. Acreditamos que estes termos não podem ser tomados como coincidentes, visto que os domínios do Estado e do público não se justapõem, não sendo natural a relação de sinonímia entre eles. Entendemos que o público diz respeito à experiência concreta dos coletivos de forças sempre em movimento. Daí estar em um plano diferente daquele do Estado enquanto figura paralisada e transcendente da modernidade. (...) Como pensar políticas públicas não mais reduzidas ao Estado, mas como afirmação de experiências diversas onde o público possa, de fato, ser a expressão da experiência do “comum” que faz advir outros e múltiplos modos de

pensar, perceber, sentir, agir e viver? (Monteiro et al, 2006, p. 11-12).

O município de Campos dos Goytacazes hoje desfruta de expressiva visibilidade nas esferas estadual e nacional por fatores como o incremento das receitas do orçamento municipal e as transformações no perfil sociocultural que vem experimentando desde fins da década de 1980, em decorrência dos *royalties* pagos pela exploração do petróleo em seu litoral.

#### 4.1. A POLÍTICA PARTIDÁRIA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

O período delimitado para a análise tem como marco inicial a radical ruptura observada entre o grupo político liderado por José Carlos Vieira Barbosa, que dominou o cenário político municipal por mais de duas décadas. A nova classe política, emergente em meados dos anos 1980, comandado por Anthony Matheus Garotinho, passou a dominar a política municipal através da política assistencialista, de acordo com a ordem neoliberal instaurada no país após o início da abertura democrática.

#### POLÍTICA PARTIDÁRIA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (1983/2004)<sup>19</sup>

Período	1983 1988	1989 1992	1993 1996	1997 2000	2001 2004	2005 2008	2009 2010
Prefeito	José Carlos Barbosa PMDB	Anthony Garotinho Matheus PDT	Sérgio Mendes PDT	Antony Garotinho (97/98) PDT  Arnaldo Vianna (98/00) PDT	Arnaldo Vianna PDT	Carlos Alberto Campista (01/01 a 17/05/05) PDT  Alexandre Mocaiber (05/08) PDT	Rosângela Garotinho (até 05/07/10) PMDB  Nelson Nahim (interino) PMDB

<sup>19</sup> Entre 1980 e 1982 os prefeitos de Campos foram: Dr. Raul David Linhares Corrêa (1977 – 1982) e Dr. Wilson Paes (1982 – 1983).



<b>Pres. da Câmara</b>	Altamir Bárbara (83/84) PMDB	Carlos Alberto Campita (1989) PDT	Paulo Feijó (93/94) PDS	Paulo Souza Albernaz PDT	Ederval Azevedo Venâncio PSB	Mocaiber (05/08) PDT	Nelson Nahim PMDB
	George D. Farah (85/86) PMDB	Paulo César F. Martins (1990) PDT	Edson Coelho Santos (95/96) PDT	Nelson Nahim M. Oliveira PDT		Alciones Cordeiro Borges (05/06) PSB	Rogério Matoso PPS
	Severino Veloso (87/88) PMDB	Carlito Barbosa (91/92) PTB				Marcos Vieira Bacellar (07/08) PT do B	
<b>Governador do Estado</b>	Leonel Brizola PDT	Moreira Franco PMDB	Leonel Brizola PDT	Marcelo Alencar PSDB	Anthony Garotinho Matheus PDT e PMDB	Rosangela Garotinho PSB	Sérgio Cabral Filho PMDB
	Moreira Franco PMDB	Leonel Brizola PDT	Marcelo Alencar PSDB	Anthon Garotinho PDT, PT, PCB, PSB e PC do B	Benedita da Silva PT  Rosangela Garotinho PSB	Sérgio Cabral Filho 2007 PMDB	
<b>Pres. da República</b>	João Batista Figueiredo (Militar)	José Sarney PDS	Itamar Franco PMDB	Fernando Henrique Cardoso PSDB	Fernando Henrique Cardoso PSBD	Luis Inácio Lula PT	Luis Inácio Lula PT
	José Sarney PDS	Fernando Collor PRN  Itamar Franco PMDB	Fernando Henrique Cardoso PSDB		Luis Inácio Lula PT		

Em fins da década de 1980, embora ainda se observasse um consenso entre as representações jornalísticas e as representações sociais da coletividade, em Campos, no que dizia respeito às políticas públicas privilegiadas pelo então prefeito Vieira Barbosa, já se apresentava uma renovação das elites políticas no âmbito estadual, inaugurada com a eleição de Leonel de Moura Brizola para o executivo fluminense e o crescimento do partido por ele organizado, Partido Democrático Trabalhista (PDT). Ao mesmo tempo em que a imprensa noticiava o interesse do governador em incrementar

políticas de assistência à população carente, notadamente às referentes às crianças e adolescentes, com a criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs).

Nas eleições municipais de 1982, José Carlos Vieira Barbosa reelegeu-se pela terceira vez, prefeito de Campos, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro, (PMDB). O resultado dessas eleições apresentou um novo desenho no cenário político fluminense: enquanto o PDT, partido de oposição, conquistou o executivo estadual com a vitória expressiva de Brizola, os partidos remanescentes do antigo sistema partidário, PMDB e PDS, elegeram a grande maioria dos prefeitos, demonstrando a força das antigas máquinas políticas montadas ao longo do regime militar pelos chefes políticos municipais.

A fragilidade dos pequenos partidos, e, em especial, a derrota sofrida pelo radialista Anthony Matheus à Câmara dos Vereadores, candidato mais votado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), foram assuntos explorados pela imprensa, principalmente pelo fato deste ter obtido um expressivo número de votos, suficientes para elegê-lo caso tivesse optado por um outro partido. Sua postura oposicionista era oriunda da nova conjuntura iniciada com o processo de redemocratização do país, que colocava em foco a situação de abandono e de extrema miséria da grande parcela dos excluídos dos bens mínimos existenciais, em parte pelo descaso dos poderes públicos e da sociedade quanto à adoção de medidas básicas assistenciais voltadas para os segmentos desfavorecidos da população, em particular, para a criança e para o adolescente, e também pela estrutura de escassez econômico-financeira que o município apresentava.

Beneficiando-se do programa diário que dirigia em rádio com grande audiência, em horário especialmente voltado para donas de casa, desempregados e necessitados em geral, deu início à sua própria campanha, construindo em torno de si a imagem de representante dos interesses populares e oposicionistas às práticas características das tradicionais elites dirigentes. Convicto da popularidade que já havia conquistado e determinado em ingressar na arena política, em novembro de 1984, Anthony Garotinho anunciou seu afastamento do PT, o ingresso no PDT e sua futura eleição para o Diretório Municipal deste partido, no mês seguinte. Procurou o então governador Brizola, oferecendo a força política que já contabilizava no norte

fluminense, em troca de seu apoio eleitoral. Brizola, por sua vez, interessado em estender seu apoio político por todo o Estado, deu-lhe como patrocínio a propaganda radialista do Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ) para aquela região. Respaldo por tais préstimos, Garotinho retornou à sua função de radialista, o que favoreceu sua eleição para Deputado Estadual, com expressivo número de votos, no pleito de 1986.

O crescimento das forças emergentes que se formavam em torno do partido do governador culminou com a expressiva vitória de Anthony Matheus Garotinho, candidato do PDT à prefeitura de Campos, nas eleições municipais de 1988. Os compromissos assumidos pela nova classe política em centralizar as políticas públicas municipais em programas de assistência à população de baixa renda e, particularmente, em projetos de promoção social das crianças e dos adolescentes, encontraram forte ressonância nas *representações sociais* de diferentes grupos e segmentos da população campista.

A despeito do viés demagógico do discurso populista assistencialista que sustentou como forma de cooptar os votos das camadas desfavorecidas do município e a imensa discrepância entre o prometido e o realizado, é inegável que o ex-governador campista contemplou, significativamente, as políticas assistenciais, ao longo de seu primeiro mandato. A imagem que formou em torno de si, com a marca política “Viva Campos”, rendeu-lhe altos ganhos políticos, levando a população de Campos a firmar uma nítida separação entre o modelo administrativo de Vieira Barbosa, identificado como político comprometido com os segmentos mais favorecidos da população, e o que implementara, favorecendo a parcela formada por carentes e excluídos dos direitos sociais. Paralelamente, Garotinho buscou o apoio da elite intelectual do município, criando o Centro Cultural Trianon, com cinema, teatro, escola de arte, orquestra sinfônica e corpo de baile (Pantoja, 2004).

No pleito eleitoral seguinte, em 1992 o poder político de Anthony Garotinho no plano municipal ficou claramente evidenciado ao eleger seu candidato, Sérgio Mendes, à prefeitura de Campos. A propaganda política relacionava os dois políticos como se fossem um, tanto que o slogan da campanha era “Sérgio Mendes é povo. É Garotinho de novo!”, além de sua identidade político-partidária ser a mesma postura populista assistencialista. Nesse ínterim, Garotinho, confiante na popularidade que vinha conquistando no cenário estadual, candidatou-se ao governo do Estado do Rio de Janeiro, pelo PDT, nas eleições realizadas em 1994, porém foi derrotado, no 2º turno das eleições, por Marcello Alencar (PSDB).

Na esfera municipal, o estreito relacionamento entre Garotinho e o então prefeito, Sérgio Mendes, acabava em março de 1996, quando ambos passaram a acusar mutuamente as improbidades administrativas cometidas durante seus respectivos mandatos. A discórdia maior era na escolha do vice-prefeito que disputaria as eleições municipais de 1996, quando Garotinho escolheu o médico Arnaldo França Vianna.

Fortalecido por ganhar no primeiro turno com 66% do eleitorado campista, Garotinho decide concorrer novamente ao governo do Estado nas eleições a serem realizadas em 1998. Para não perder o apoio dos campistas, convoca um plebiscito, em meados de 1997, obtendo 95% dos votos a favor de que deixasse a prefeitura municipal e disputasse tais eleições tendo como vice-governadora Benedita da Silva, do PT. Prometia que daria especial atenção ao município de Campos.

Para dedicar-se a campanha, na qual saiu vitorioso com 57,98% dos votos, Garotinho passou o executivo municipal para o vice-prefeito, Arnaldo Vianna. Reproduziu, no cenário estadual, a mesma fórmula adotada na esfera municipal, programou uma administração nitidamente populista assistencialista. Em relação ao interior do Estado, os projetos implementados para a revitalização econômica e promoção social dos municípios mostraram-se muito aquém do prometido. Compreende-se portanto, a expressiva vitória alcançada, em primeiro turno, por Arnaldo França Vianna, candidato do PDT à prefeitura de Campos, nas eleições de 2000, que, aos poucos, ia ocupando o espaço deixado pelo ex-governador do Estado. Sem desconsiderar o empenho manifestado por Arnaldo Vianna em favor dos excluídos, principalmente crianças e adolescentes campistas, é importante salientar os grandes gastos da prefeitura com shows e festas populares, para os quais são canalizadas enormes somas dos recursos provenientes do pagamento dos royalties. Essas medidas atuavam enaltecendo a imagem do prefeito, da mesma forma que um pequeno número de postos de trabalho formais. Com a derrota de Garotinho nas eleições presidenciais de 2002, Arnaldo Vianna manteve sua força política após romper com o ex-governador que rompia com o PDT.

Acompanhando o intrincado e enigmático jogo de correlações de forças no pleito municipal que ora se realiza, compreende-

se, cada vez de forma mais explícita, que o desgaste sofrido por Anthony Garotinho, ao não ter privilegiado Campos, no conjunto dos municípios do Estado do Rio, durante sua gestão no executivo estadual, fato agravado pelos fortes ataques procedidos por Arnaldo Vianna, não foram suficientes para arrefecer a força política do ex-governador, junto ao eleitorado de Campos. O resultado do pleito de 3 de outubro, p.p., que assegurou, por uma pequena margem de vantagem para seus candidatos, Geraldo Pudim e Claudécir, sobre os apoiados por Arnaldo Vianna, Alberto Campista e Toninho Viana, determinando a realização do 2º turno, constitui prova evidente, não só do expressivo cacife político que Anthony Garotinho ainda usufrui junto ao eleitorado de Campos, como também da possibilidade concreta de reassumir, com total vigor, em curto espaço de tempo, a vanguarda do cenário político municipal, ou mesmo nas esferas estadual e federal (idem).

Apesar do desgaste, Anthony Garotinho manteve-se hábil, com sua capacidade de estabelecer alianças e conquistar eleitores, ainda mais após fazer sua esposa, Rosângela Garotinho, sua sucessora no governo do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, ainda que indiretamente, através do jornal O Diário, neutralizava a força política favorável a Arnaldo Vianna que o outro jornal campista, Folha da Manhã, promovia. Um exemplo, descrito por Pantoja (2004), é a promoção oferecida em março de 2004, onde a assinatura por seis meses do jornal vinha com o brinde de uma bicicleta do “Cicle Bom Jesus”, do então deputado José Cláudio Martins. Outra opção era o recebimento gratuito da revista “Isto é” até setembro do mesmo ano, ou seja, às vésperas das eleições. Dessa forma, Garotinho levou para o segundo turno seu candidato, Geraldo Pudim, concorrendo com o candidato de Arnaldo Vianna, Carlos Alberto Campista, que, embora manifestassem posições divergentes, eram representantes da mesma classe política, a organizada por Garotinho.

O candidato Carlos Alberto Campista obteve a vitória no dia 31 de outubro, por uma pequena margem de votos, 54,58% a 45,42% de Geraldo Pudim. Nesse pleito, apenas 83,25% do eleitorado compareceram às urnas no segundo turno, ou seja, o município teve 16,75% de abstenção constatada.

A vitória de Campista era a primeira derrota do casal Garotinho em Campos dos Goytacazes desde 1988. O município teve um dos processos eleitorais mais tumultuados no país, mesmo com a presença de tropas federais na cidade para garantir a segurança do pleito. Houve denúncias de compra de votos e boca-de-urna, até mesmo três ônibus foram abordados pela polícia por

transporte ilegal de eleitores. Na véspera da eleição, R\$ 318 mil cédulas foram apreendidas na sede municipal do PMDB, levando a justiça a suspeitar de compra de votos.

As irregularidades causaram impugnação dos ex-candidatos Geraldo Pudim e Campista, determinando novas eleições. O ex-secretário de saúde de Arnaldo Vianna em 2004, Alexandre Mocaiber, foi eleito vereador em Campos e presidente da Câmara. Com o afastamento do então prefeito Carlos Alberto Campista, Mocaiber respondeu interinamente pela prefeitura. Com novas eleições decretadas pela justiça, Alexandre Mocaiber foi eleito prefeito de Campos dos Goytacazes com 129.996 votos, contra 102.272 de Geraldo Pudim no segundo turno.

Em 2006, Arnaldo Vianna foi eleito deputado federal pelo PDT, mas precisou que a justiça lhe concedesse o direito de tomar posse, pois teve as contas de sua gestão como prefeito reprovadas. No final de 2007, Vianna recebeu novas denúncias de corrupção por causa de suas contas no exterior que teriam mais de U\$ 35 milhões depositados. No ano de 2008, ainda que apresentasse problemas com o registro de sua candidatura, disputou a prefeitura com Rosinha Garotinho e foi derrotado.

Em 27 de maio de 2010, Rosinha Garotinho teve seu mandato cassado pelo TER-RJ. Anthony Garotinho tornou-se inelegível por três anos. Ambos acusados de abuso de poder econômico e uso indevido de meios de comunicação social nas eleições de 2008. O TER entendeu que ela teria sido beneficiada por publicações e programas favoráveis na rádio O Diário.

Em 28 de junho o TER-RJ manteve a decisão de deixar o casal inelegível até 2011, após julgar os embargos interpostos que buscavam modificar a decisão do colegiado do próprio tribunal. A partir de então a prefeitura de Campos passou para as mãos do presidente da Câmara, Nelson Nahim, irmão de Garotinho.

Dia 15 de dezembro de 2010 o TSE determinou que Rosinha retornasse a prefeitura de Campos.

#### 4.2. A POLÍTICA PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPOS:

A pesquisa das leis municipais estabelecidas no período selecionado,

entre 1980 e 2009, apresentou diversos obstáculos, pouco se conseguindo durante a elaboração do projeto de pesquisa e da dissertação. O acesso a todas as leis formuladas e decretadas pelo prefeito e pela Câmara dos Vereadores de Campos dos Goytacazes seria no arquivo dessa última. Ao visitar o local, fez-se necessário um requerimento ao presidente da Câmara dos Vereadores solicitando a possibilidade da pesquisa. Na correspondência deveria constar o objetivo do pesquisador para que a direção, após análise, autorizasse. Disse-nos o funcionário do protocolo (e não só esse, mas outras duas funcionárias do próprio arquivo confirmaram) que após esse processo, que demoraria sete dias úteis, poderia se realizar a pesquisa, por ano solicitado, nas pastas encontradas. Após o requerimento ser aprovado, retornamos à Câmara quando o funcionário responsável pelo arquivo passou-nos as regras: a pesquisa se daria às segundas e sextas-feiras, os termos e palavras-chave do que procurávamos deveriam ser informados ao arquivo, que faria a busca pelo material, deixando separado o resultado para que visualizássemos posteriormente. Após seis idas apresentando diferentes termos recebemos vinte e duas (22) leis (quadro I). Dessas, duas (02) já possuíamos da época do projeto. Verificamos, no site da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, que as leis promulgadas entre 2003 e 2007 estão disponíveis para a população, sendo que quatro (04) delas não constavam do material recebido do arquivo da Câmara, como o Plano Diretor de 31 de março de 2008, lei nº 7972. Também a Lei Orgânica do Município de Campos dos Goytacazes, de 1990, foi encontrada no apêndice do livro Campos dos Goytacazes “Uma cidade para todos”: análises e resoluções da 1ª Conferência Municipal em 2003 – subsídios para a 2ª Conferência em 2005. Portanto, a fonte oficial, Câmara dos Vereadores, não atendeu satisfatoriamente ao solicitado e esperado, ficando a dúvida se a lacuna é do arquivo da Instituição ou de seu funcionário. Como somente uma lei se refere ao atual governo, incluímos (anexo II) as seções sobre o centro histórico e cultura do plano de governo elaborado e divulgado na campanha eleitoral de 2008.

<b>QUADRO I - LEIS MUNICIPAIS DE CULTURA 1980-2009</b>
--

Lei nº	Data	Refere-se a:	Prefeito
4380	25/04/1985	Reestrutura o Conselho Municipal de Cultura.	José Carlos Vieira Barbosa
	28/03/1990	Lei Orgânica	Câmara Municipal
5251	27/12/1991	Plano Diretor.	Anthony William Garotinho Matheus de Oliveira
5797	21/12/1994	Reestruturação do Conselho Municipal de Cultura.	Sérgio Mendes Cordeiro
6287	27/11/1996	Incentivo fiscal.	Sérgio Mendes Cordeiro
6069	13/12/1996	Institui incentivo fiscal para realização de projetos culturais no município.	Sivaldo Abílio Oliveira. Prefeito Sérgio Mendes Cordeiro.
6634	21/09/1998	Proíbe a extinção de qualquer espaço cultural público ou privado sem a criação na mesma área de espaço equivalente.	Arnaldo França Vianna.
670	10/07/1999	Reconhece capoeira como manifestação cultural e desportiva.	Nelson Nahim Matheus de Oliveira – Presidente de Câmara Municipal.
6882	01/12/1999	Estabelece o uso de royalties para cultura e esporte.	Arnaldo França Vianna.
7082	02/07/2001	Cria programa “praça viva” bandas na praça.	Arnaldo França Vianna.



7153	21/11/2001	Cria espaços para atividades sociais, desportivas e culturais em comunidades.	Arnaldo França Vianna.
7154	23/11/2001	Cria “espaço cultural”.	Arnaldo França Vianna.
7158	13/12/2001	Autoriza poder executivo a reservar espaços em praças para eventos culturais e religiosos.	Arnaldo França Vianna.
7250	10/06/2002	Cria Casa de Cultura Farol de SãoTomé.	Arnaldo França Vianna.
7272	15/08/2002	Cria biblioteca virtual da rede municipal por intermédio da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima (FCJOL).	Arnaldo França Vianna.
7481	15/12/2003	Dá nova redação ao Artigo 6º do regulamento do “Prêmio de Cultura Múcio da Paixão”, lei nº 5285, de 14 de julho de 1992.	Arnaldo França Vianna.
7527	19/12/2003	Dispõe sobre a preservação, conservação e revitalização do patrimônio cultural e natural do Município de Campos dos Goytacazes, cria o Conselho de Preservação do Patrimônio Municipal - COPPAM e institui o Fundo de Proteção ao Patrimônio Municipal.	Arnaldo França Vianna.
7642	05/07/2004	Inclui na grade curricular municipal disciplinas “pertinentes ao aprimoramento da cultura e da cidadania dos alunos da rede municipal, pública ou privada, e dá outras providências”.	Arnaldo França Vianna.

7791	15/12/2005	Dispõe sobre as placas em prédios e logradouros indicativas de fatos históricos relevantes para a história do Município e dá outras providências.	Alexandre Marcos Mocaiber Cardoso.
7907	14/05/2007	Estabelece acesso preferencial a idosos em eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer.	Alexandre Marcos Mocaiber Cardoso.
7919	09/07/2007	Cria o Conselho Municipal de Cultura.	Alexandre Marcos Mocaiber Cardoso.
7935	05/09/2007	Dá nova redação aos artigos 2º e 12º do regulamento dos “Prêmio de Cultura Múcio da Paixão”, Lei 5285, 14 de julho de 1992.	Alexandre Marcos Mocaiber Cardoso.
7972	31/03/2008	Institui o Plano Diretor do Município de Campos.	Marcos Vieira Bacellar – Presidente da Câmara Municipal.
8109	08/10/2009	Dá nova redação ao preambulo e artigos 1º; 3º, XIV; 6º caput e §1º, da Lei 7.919, de 09 de julho de 2007.	Rosinha Garotinho.

Na história da cidade, nos períodos compreendidos entre as décadas de 1980 e 1990, verificamos que no governo do prefeito Raul Linhares (1977/1982) foi construída uma sede para a biblioteca municipal e inaugurado um museu. Para sua gerência foi criada a “Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima” (FCJOL) sendo que o município não possuía acervo. A verba para tal fundação só começou a existir no primeiro governo municipal de Anthony Garotinho (1989/1992). O primeiro e único estatuto da FCJOL foi elaborado em 1978 e está em vigor até a presente data. Os fins e objetivos da fundação, nele descritos, demonstram que a instituição é de caráter cultural, como através das atividades e manutenção da Biblioteca Municipal, pela

realização de conferências, exposições ou outros eventos lítero-culturais. Essa fundação é administrada por dois Conselhos, um Curador e outro de Administração. Além desses, há um Superintendente Executivo cuja atividade é auxiliar o Presidente da Fundação a desempenhar suas funções. Nota-se que o primeiro órgão destinado exclusivamente à Cultura do município possui especificamente cunho literário.

A cultura e o patrimônio voltam a ser assunto (oficialmente) somente em 1991, no Plano Diretor do município. Na Lei nº. 5251 de 27/12/1991 enfatiza-se a participação popular junto ao patrimônio municipal, em que a preservação, a sustentabilidade da cidade e a incorporação do patrimônio comunitário são objetivos a serem perseguidos. Institui-se ainda uma área de preservação do patrimônio cultural em que “a valorização das áreas históricas da cidade será alcançada mediante incentivos à preservação e à recuperação das edificações nelas situadas, de modo a salvaguardar suas características históricas, arquitetônicas e ambientais” (Plano Diretor lei nº 5251 de 27/12/1991). Percebemos a necessidade de regulação permanente e flexível da função social da propriedade, atendendo às diretrizes do art. 2º do Estatuto da Cidade.

Esse Plano Diretor não implica o tombamento das edificações, mas assegura sua proteção, e também institui os projetos de valorização cultural que ficam a cargo de um Grupo Executivo determinado pelo Poder Público Municipal. No artigo nº. 51 da mesma lei há a lista de “bens de proteção do ambiente cultural do município de Campos, aqueles tombados pelo Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC) e pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), e outros situados na Zona Histórica”. Nota-se que dos cento e sete (107) itens considerados bens, somente a Mata Atlântica (tombada pelo INEPAC) e o Horto Municipal não seriam exemplos de edificações de cunho arquitetônico denominado “pedra e cal”.

A Lei (nº. 7527), de 19 de dezembro de 2003, instituiu o Conselho de Preservação do Patrimônio Municipal (COPPAM) e o Fundo de Proteção ao Patrimônio Municipal. Essa lei considera como patrimônio cultural e natural de Campos os bens ou imóveis, de natureza material ou imaterial tomados individualmente ou em conjunto, existentes em seu território e cuja preservação seja de interesse público, dado o seu valor histórico, artístico, documental, religioso, folclórico, etnográfico, paisagístico, turístico e científico (Lei nº. 7527,

de 19 de dezembro de 2003).

Percebe-se a ampliação do que se considera patrimônio pelo Poder Público Municipal na Lei nº. 7527 na sua definição e na criação de um Conselho e Fundo de Proteção. No entanto, as outras leis tratam de uma concepção tradicional de patrimônio, de identidade através do tangível, de bens móveis ou imóveis. Retomando o Plano Diretor de 1991, entre os artigos 40 e 52, fala-se sobre a política do meio ambiente e valorização do patrimônio comunitário estabelecendo normas urbanísticas, enumerando patrimônios protegidos e a serem protegidos por lei específica. Formam-se os Órgãos Executivos Municipais de Meio Ambiente e o Programa de Valorização Cultural, com a função de criação e manutenção das Unidades de Conservação da Natureza e das Áreas de Proteção Ambiental, sem contar no meio ambiente construído, arqueológico e cultural. Constata-se no Plano Diretor um patrimônio relacionado com a conservação da natureza e proteção ambiental, e, no entanto, ao instituir um Conselho de Preservação do Patrimônio Municipal (COPPAM), o município não enfatiza, em suas atribuições, cuidar do patrimônio natural.

Em 31 de março de 2008 institui-se um novo plano diretor do município de Campos (Lei nº. 7972) pelo presidente da Câmara Municipal Marcos Vieira Bacellar. Enquanto o plano diretor anterior dedicava à questão patrimonial somente sete artigos, no atual plano, percebemos uma mudança na perspectiva do município, no âmbito da lei, ao colocar o patrimônio natural e cultural como complementares, como no artigo 8º, quando se estabelece como uma ação prioritária a elaboração de um “diagnóstico do turismo municipal para promoção do turismo sustentável e de qualidade, articulando o desenvolvimento econômico e social integrado à preservação do patrimônio histórico, cultural e natural, com vistas à formulação de plano de ação e propostas de intervenção específicas”. A terceira seção trata da dimensão ambiental. Define que o desenvolvimento sustentável será efetivado através da gestão dos patrimônios natural e cultural, elaborando e implementando o “zoneamento ecológico-econômico municipal a fim de regular exploração do patrimônio natural de maneira racional e sustentável, reduzindo a pressão sobre o ambiente”, além de “conceber e implementar planos e programas voltados para a preservação, conservação e recuperação do patrimônio

cultural”. Outra seção desse Plano Diretor aborda a cultura como forma de garantir o desenvolvimento social, fortalecendo a identidade do cidadão campista. Para valorizar a cultura local e regional, e a democratização do seu acesso, as diretrizes seriam resgatar a história oral das localidades, elaborar material didático para divulgar e valorizar a cultura local, desenvolver um calendário das festividades municipais, promover eventos culturais na periferia e no interior do município, além de “criar o Museu Arqueológico de Campos dos Goytacazes. A finalidade deste seria abrigar acervo de bens materiais resgatados nos sítios arqueológicos registrados no IPHAN e que estão sob a guarda do Museu Nacional” (Capítulo II, seção II).

Ainda na seção II, sobre a valorização do patrimônio natural e cultural, a meta é o conhecimento, a proteção e a revitalização, disseminação do acervo que compõe o patrimônio ambiental do Município e promoção do turismo sustentável. Para tanto, deveriam: complementar o inventário (histórico e arquitetônico) de bens de interesse cultural, com vistas a ampliar a sua proteção através do tombamento e outras medidas legais; realizar o inventário dos bens culturais imateriais do Município, como comidas típicas, linguajar, literatura, artesanato e folclore, dentre os citados no Plano Diretor; formular projetos para recuperação e revitalização de imóveis de interesse cultural e para valorização dos bens imateriais, enfatizando, entre outros, os Caminhos do Açúcar; adquirir e recuperar o Centro Histórico e realizar pesquisas voltadas para valorização das comunidades quilombolas. Sobre o ordenamento do território municipal, as áreas de preservação natural e cultural permanecem as mesmas do plano diretor anterior. A mudança está nas áreas a serem trabalhadas num mesmo item, e em criar mecanismos de preservação desses espaços.

O município de Campos dos Goytacazes é o único do interior do estado do Rio de Janeiro a ter uma Secretaria de Cultura a partir do governo Rosinha Garotinho. Apesar do secretário de cultural atual, Orávio de Campos, apontar que somente em 2009 criou-se um Conselho de Cultura, com a data de 09/07/2007 o prefeito anterior, Alexandre Mocaiber, fazia o mesmo. Antes ainda, José Carlos Barbosa em 1985 e Sérgio Mendes em 1996, reestruturaram o Conselho Municipal de Cultura, o que determina uma prévia existência desse conselho, ou seja, a diferença está nos moldes e

funcionamento desse órgão.

Hoje o governo mantém duas casas de cultura (nos distritos de Goytacazes e Conselheiro Josino), um arquivo público municipal, as fundações Trianon, Jornalista Oswaldo Lima (FCJOL) e Zumbi dos Palmares, o Museu Olavo Cardoso, reestrutura o Solar do Visconde de Araruama para abrigar o Museu de Campos, além de prestação de diversos serviços e implementação de programas para desenvolver a cultura de populações historicamente marginalizadas.

O Museu Olavo Cardoso, mantido pela prefeitura, mantém o acervo da antiga Rede Ferroviária Federal. Todo o material permanece em Campos, desde a extinção do órgão federal. Inicialmente no Museu de Campos, a partir de 1992, através de um acordo de empréstimo, com a reforma do Museu, o material foi encaminhado para o Palácio da Cultura, através de comodato em 2002. Agora, com a apresentação de um projeto museográfico e do histórico das peças, solicitado pelo IPHAN, a intenção é manter todo o material na cidade e de maneira definitiva. A prefeitura planeja que nesse mesmo espaço, destinado ao transporte em Campos, deverá ter outras peças, que ainda se encontram nas dependências da Ferrovia Centro-Atlântica, como solicitaram em 2010 ao IPHAN. A diretora do Museu, a profa. Sylvia Paes, privilegia a história do transporte na cidade, incluindo peças que lembram os velhos bondes, trólebus e as barcas utilizadas antigamente no Rio Paraíba.

A preservação dos documentos históricos e da iconografia documental (acervo de documentos, mapas e plantas relacionadas às várias épocas da evolução da cidade) que se encontram sob o controle do IPHAN deverá ser encaminhada também ao Museu Olavo Cardoso. O desejo do governo municipal é trazer todo acervo referente ao município para o Palácio Nilo Peçanha, antigo Fórum da Justiça, que atualmente abriga a sede do Legislativo Municipal, para ficar ao alcance de estudantes e pesquisadores e promover a valorização do município através de sua própria história.

O Museu de Campos funcionará no Solar do Visconde de Araruama, que fica na Praça São Salvador, no centro da cidade. O imóvel é composto por dois sobrados distintos, ligados internamente. O Solar do Visconde de Araruama integra um grupo de quatro importantes imóveis localizados no centro histórico do município, todos tombados por solicitação de representantes da

comunidade campista, que se mobilizaram em defesa da preservação.

Na casa, que já foi sede da prefeitura, da Câmara de Vereadores e abrigou uma biblioteca, a população poderá recordar o passado, pelos mais de 40 cômodos do grande prédio. A obra, autorizada pelo INEPAC, procura deixar o prédio mais próximo do que era quando construído, pois ao abrigar outros órgãos, foi pintada, encobrendo a pintura original. Os pés de lustres, por exemplo, eram totalmente cobertos por folhas de ouro e, assim, irão ficar novamente. Além disso, o forro de alguns cômodos foram totalmente trocados e a fachada recuperada. Segundo o escritor Alberto Lamago, o Solar foi construído pelo brigadeiro José Caetano Coutinho, em fins do século XVIII. A composição da fachada do prédio principal tem estilo neoclássico.

O projeto do atual governo é fazer do Museu de Campos um espaço dinâmico, com sentido pedagógico, reunindo cultura, educação e turismo. Quando as obras finalizarem (previsto para julho de 2011), o acervo do Museu Olavo Cardoso, que vai se transformar em Museu de Cultura Popular, será transferido para o Museu de Campos.

No plano diretor de 2007 o Canal Campos-Macaé permanece na lista de “prédios tombados ou em processo de tombamento” pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). O Centro Histórico do município, contemplado em diversas leis e foco de propostas, permanece comprometido e apresentando desabamentos, entre 2003 e janeiro de 2010 foram seis. O Conselho de Preservação do Patrimônio Municipal (COPPAM) apresenta-se desativado, tendo quatro membros da sociedade civil eleitos desde o final de 2009, mais os representantes do IPHAN, INEPAC, da secretaria de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro e representantes da Prefeitura Municipal de Campos sem ter tomado posse até fevereiro de 2010. Outro ponto, é que não só o mais recente Plano Diretor, lei municipal 7972, contempla, como área de proteção do ambiente cultural, diversos prédios, faculdades, igrejas e residências, como leis anteriores a essa, no entanto, há um desencontro entre a população e os representantes do poder público municipal, que ficam aguardando o interesse um do outro para restaurar seus imóveis como forma de preservação. Portanto, a legislação municipal existe e aborda vários aspectos relacionados à política cultural, há décadas, até mesmo repetindo algumas leis, porém ainda não é respeitada e efetivada.

## **CAPÍTULO V: CONSIDERAÇÕES GERAIS**



## CAPÍTULO V:

### CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os conceitos de memória, história e identidade estão inter-relacionados quando tratamos de museu integral e patrimônio. Todos são definidos e modificados ao longo do tempo, atribuindo valores, ou não, aos mitos e tradições. Nesse quadro, as políticas públicas surgem como fruto das atividades políticas, desenvolvidas por diferentes agentes, com fundo normativo e ordenador. Portanto, as políticas culturais continuam esse trabalho ao atuar como um conjunto de ações pensadas e implementadas pelos poderes públicos, instituições civis, entidades privadas, grupos comunitários, para buscar satisfazer as necessidades culturais da população da área em que atuam. A política cultural abarca conflitos entre política e economia, entre público e privado e entre Estado e sociedade, trabalhando as relações entre as grandes transformações de um município e os discursos sobre conservação de espaços e edificações para resguardar a memória e o patrimônio.

Preservar o antigo e revitalizar o que está em decadência faz parte de diversos projetos de gestores, candidatos e planejadores urbanos, onde priorizar a memória e o patrimônio se apresenta como algo coletivamente construído, embora produto de relações de poder e saber a partir de interesses de diferentes atores sociais. O que preservar, ou não, segue o plano de representações municipais que orienta o discurso, e o conceito de patrimônio pode ser utilizado de diversas formas, expressando versões diferenciadas e nem sempre convergentes.

É na relação entre museu, política cultural e ocultamento que investigamos o dispositivo, ou seja, os domínios de saber e sistemas de poder que regulam sua prática e formas de subjetivação. Um dispositivo é um regime de fazer ver e fazer dizer, que atribui o visível e o invisível, fazendo aparecer ou ocultando o objeto que não existiria fora desta linha de visibilidade. Assim, devemos buscar regimes de constituição de sujeitos e objetos nas relações de saber-poder. O poder se reconhece nas positivities que produz, não em censuras ou formas de violência, mas ao mesmo tempo em que evidencia algo, a positividade do poder produz aquilo que se propõe a combater. Orientando-

se por essa relação dinâmica do dispositivo, pensa-se idealmente na produção de uma política cultural que não repudie sua própria historicidade, mas que dê conta da participação nos múltiplos valores simbólicos da municipalidade, como o sentimento de “fazer parte”, concebendo novas formas de atuar que abarquem as diversas significações que um município possui.

Da mesma forma que as linhas de objetivação voltam-se para si mesmas, as políticas culturais em sua relação com a memória social desmontam os mecanismos de institucionalização do significado que a sociedade constrói a respeito de si mesma, dos seus cidadãos, de suas diferenças, identidades e desigualdades. O “problema” pode ser identificado na medida em que consideramos o que algumas práticas efetivamente produzem, ou deixam de produzir. Essa ação pode ser discursiva, ou não, atuando através de instituições, leis, medidas administrativas, enunciados científicos e proposições morais e filantrópicas. As formas com que essas práticas orientam, nomeiam, valorizam, julgam, reforçam, qualificam ou não, hierarquizam, enunciam, produzem visibilidade, excluem e incluem, no interior de um dispositivo, são operacionalizadas através das políticas públicas de cultura. Promovem-se, então, através do governo municipal a memória/esquecimento e a subjetividade museal.

O sujeito participa ativamente desse processo de saber e poder, o Estado não deve ser visto como um aparelho central e exclusivo de poder, mas os poderes locais específicos que articulados a ele produzem a ação. Essas diversas formas de exercício do poder penetram na vida cotidiana como atitudes, comportamentos, hábitos e discursos, portanto, a eliminação do aparelho estatal não faria desaparecer a rede de poderes de uma sociedade. Ainda assim, no museu integral o homem não é absoluto, mas apenas mais um contribuinte daquele espaço durante um determinado tempo (Scheiner: 1998).

A primeira impressão da atividade museal e do discurso patrimonial campista e que corresponde às tendências políticas mundiais, em sua ordem histórica, começa nos trabalhos através do patrimônio tangível, quando se debate a questão patrimonial junto às questões do Estado, econômicas e populacional. No decorrer da história do município de Campos dos Goytacazes diversas características chamam a atenção, desde a monocultura canavieira, a força das oligarquias, a herança colonial e escravocrata, como a forte

participação popular no debate político local. Campos é uma cidade que pode ser compreendida através do “coronelismo, enxada e voto” passando da decadência do setor da cana para a riqueza dos royalties, provenientes da extração do petróleo, que proporcionaram a primeira verba utilizada pela Fundação Cultural. Tratando-se especificamente do patrimônio nas políticas culturais do município, somente com o desenvolvimento de um pólo universitário, o global interage com o local e é remodelado por sua história, passando a ter uma interferência política através de algumas ações culturais na esfera museológica na preservação da memória. Contudo, nenhuma memória e patrimônio podem surgir sem um suporte histórico de referência.

Ao ponderar sobre as leis municipais de Campos dos Goytacazes, verifica-se a repetição de ações propostas, como a reestruturação do Conselho Municipal de Cultura. Outras reproduções, como a restauração do Museu de Campos, a Lyra de Apolo, a promoção de espaços abertos para apresentações artísticas, redução de impostos para os empresários com imóveis no Centro Histórico, inventário das famílias quilombolas, relançamento de livros sobre a cidade, apesar de incluídas nas leis ou no Plano Diretor, também fazem parte do programa do governo atual, como se já não estivesse contemplado na lei, ainda que não concretizado. Na legislação e nos pleitos eleitorais o município é objeto de críticas quanto de enaltecimento, apresentando diversos discursos sobre o mesmo espaço, onde a mudança, violência, deterioração, desigualdade e harmonia estão presentes nas diversas propostas de intervenções municipais. Ressaltamos que esse canal não pertencente explicitamente a esse plano de governo específico, só retornando ao debate popular quando o governo discute o plano urbanístico da cidade, questão que voltou à tona no município no início de 2010 com a proposta de cobrir a parte do Canal que está no centro urbano. Nesse caso, a comunidade acadêmica e alguns ambientalistas justificam a importância da preservação e recuperação do Canal, enquanto a sociedade, de modo geral, deseja o imediato desaparecimento desse “valão”.

O canal, construído quase que somente com o trabalho braçal do escravo, está entre os de maior extensão no mundo, sendo ele o mais antigo. Quando trabalhamos o patrimônio e o ocultamento nas políticas culturais verificamos no Canal Campos-Macaé um grande exemplo das relações entre

poder e saber e atuação das linhas de visibilidade na produção da memória local. Nesse contexto o Canal Campos-Macaé é um possível ecomuseu, tal como define Clair (1976), como algo que

Prolonga e reforça as diversas formas de atividade museológica, acrescentando-lhes uma abertura original. Museu do espaço e museu do tempo, ele se ocupa de apresentar, por sua vez, as variações de diversos lugares num mesmo tempo, de acordo com uma perspectiva sincrônica, e as variações de um mesmo lugar em diversos tempos, de acordo com uma perspectiva diacrônica.

A lei municipal apresenta um conceito de patrimônio amplo, contudo, até mesmo as obras contempladas na legislação sofrem de abandono, como é o caso do nosso objeto de estudo. Construções como o Canal Campos-Macaé, representativo dos escravos que habitaram e construíram o município, da implementação da drenagem da planície alagável trazendo tecnologias específicas para a região e da força da cana-de açúcar para a economia local, ainda que tenha seus atributos e valor histórico, cultural e paisagístico contemplados por um órgão estadual de proteção do patrimônio, representa a relação de ocultamento que alguns bens culturais possuem no município de Campos dos Goytacazes.

Como dissemos anteriormente, abordar o Canal como patrimônio integral e objeto de política museológica, é questionar alguns discursos estabelecidos e uma possível coesão da memória atribuída por uma parcela específica da população prevalecendo a memória social. Permanecem questões como: quem teria autoridade para dizer o que é ou não é patrimônio seja no município de Campos ou em outro território? Quem teria autoridade para escolher como preservá-lo? Não existindo lados opostos entre um dominado e um possuidor de poder, não podemos questionar o Estado como dominador exclusivo, discursando em nome de toda sociedade civil. Como a memória social e o patrimônio integral constituem nosso objeto, é com a sociedade que devemos dialogar, através de museus como agentes de desenvolvimento e de resguarda de identidade cultural (Varine: 1986), pois o poder não existe, mas permanecem as práticas ou relações de poder que permeiam toda nossa estrutura social, de onde ninguém escapa por não existir um exterior possível.

## **BIBLIOGRAFIA**

## **BIBLIOGRAFIA UTILIZADA:**

**Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1851.** Rio de Janeiro: Editora Eduardo & Henrique Laemmert, 1851. Disponível em : <<http://books.google.com.br/books?id=RrY0AAAAIAAJ&pg=RA1-PA60&dq=Macahé#v=onepage&q=&f=false>>. Acesso em: 17 de outubro de 2009.

BARCELOS, Álvaro. **A Linguagem da Baixada Goitacá.** Rio de Janeiro: Editora Lucena, 1992.

BELLAIGUE, Mathilde. **O Desafio Museológico.** Paris, setembro de 1992. (Conferência apresentada durante o V Fórum de Museologia do Nordeste. Salvador, Brasil, novembro de 1992). Tradução T. Scheiner.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade; por uma teoria geral da política.** Tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Coleção Pensamento Crítico, v. 69.

BRANCO, Guilherme Castelo. **As Resistências ao Poder em Michel Foucault.** Trans/Form/Ação, São Paulo, nº 24, 2001, p. 237-248.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebelo. **Para que serve uma subjetividade? Foucault, Tempo e Corpo.** Psicologia: Reflexão e Crítica, 2005, 18(3), pp. 343-349.

CARNEIRO, Marília B. S.. **Atos e Fatos da Antiga Campos.** Campos dos Goytacazes: 1985 (impresso).

CHAGAS, Mário. **Casas e Portas da Memória e do Patrimônio.** In: Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos / Regina Abreu, Mário Chagas (orgs.) Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CHAGAS, Mário. **Memória Política e Política de Memória.** In: Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos / Regina Abreu, Mário Chagas (orgs.) Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cultura e Democracia.** São Paulo: Moderna, 1981.

\_\_\_\_\_. Política Cultural, Cultura Política e Patrimônio Histórico. In: São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania/ DPH. São

Paulo: DPH, 1992. p.37 - 46.

\_\_\_\_\_. **Conformismo e Resistência**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.

\_\_\_\_\_. **Cidadania Cultural: o Direito à Cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CLAIR, Jean. **As Origens da Noção de Ecomuseu (1976)**. Cracap Informations, nº 2-3, 1976, pp: 2-4. Tradução Tereza Scheiner.

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. São Paulo: Iluminuras/ FAPESP, 2004, 3ª Edição.

COSTA, Aline Nogueira; ALVES, Maria da Glória. **Monitoramento da expansão urbana no Município de Campos dos Goytacazes – RJ, utilizando Geoprocessamento**. Anais XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Goiânia, Brasil, 16-21 abril 2005, INPE, p. 3731-3738. Disponível em: <<http://marte.dpi.inpe.br/col/ltid.inpe.br/sbsr/2004/11.120.17.48/doc/331.pdf>>. Acesso em: 24/04/2009.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Patrimônio Histórico e Cidadania. Uma discussão necessária**. In: São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania/ DPH. São Paulo: DPH, 1992. P. 09-12.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais**. 2ª Ed. Ver. Aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DECLARAÇÃO DE QUEBEC. Princípios Básicos para uma Nova Museologia. Quebec, 12 de outubro de 1984. Adaptado pelo I Atelier Internacional Ecomuseus/ Nova Museologia.

DECLARAÇÃO DE SANTIAGO. ICOM. Santiago, 30 de maio de 1972. Tradução T. Scheiner (1993).

DELEUZE, Gilles. **Que és un dispositivo?** In: BALIBAR, Etienne, DREYFUS e Hubert; DELEUZE, Gilles et al. *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1999, p. 155 – 161. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tet/foucault/art14.html>>. Acesso em: 29 de maio de 2009.

FENTRESS, J.; WICKHAM, C.. **Memórias de classe e de grupo nas sociedades ocidentais**. In: *Memória Social: novas perspectivas sobre o passado*. P. 111-176, Ed. Teorema, Lisboa, 1994.

FEYDIT, Julio. **Subsídios para a História dos Campos dos Goytacazes.** Atualizado e Ilustrado por Hylze Peixoto Diniz Nogueira. São João da Barra - RJ: Gráfica LZuartson, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Sobre a História da Sexualidade.** In: Microfísica do Poder; organização e tradução de Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985, 7ª Edição.

FREIRE, Reginaldo Moniz. **Itinerário da viagem de S. M. I. à província do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Typografia Austral, 1847.

GONÇALVES, J. R. S. **Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais.** Estudos históricos, Rio de Janeiro, v.1, n.2, 1988, p.264-275.

\_\_\_\_\_. **O patrimônio como categoria de pensamento.** In: Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos / Regina Abreu, Mário Chagas (orgs.) Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os museus e a cidade.** In: Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos / Regina Abreu, Mário Chagas (orgs.) Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GUTIÉRREZ, Ramón. História, Memória e Comunidade: o direito ao patrimônio construído. In: São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania/ DPH. São Paulo: DPH, 1992. p. 121 – 128.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. 116p.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2004). **Dados digitais.** Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>> Acesso em 11/04/2009.

LAMEGO. Alberto Ribeiro. **O Homem e o Brejo.** Rio de Janeiro: Ed. Lidador, 1974.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: Enciclopédia Einaudi, V. 1: Memória – História (org. Fernando Gil). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. p. 90-110.



LEI Nº 11.904 de 14/01/2009. **Estatuto de Museus.**

MACHADO, Roberto. **Foucault, a filosofia e a literatura.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

\_\_\_\_\_. **Foucault, a ciência e o saber.** 4. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

MARCELLO, Fabiana de Amorim. **Dispositivo da maternidade: mídia e a produção pedagógica de sujeitos, práticas e normas.** Educar em Revista, Curitiba (PR), v.26, n.1, p.67-79, 2005. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/view/4728>>. Acesso em: 01 de junho de 2009.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. *O patrimônio cultural entre o público e o privado.* In: DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE SÃO PAULO. **O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania.** São Paulo: DPH, 1992, p. 189-196.

MONTEIRO, Ana; COIMBRA, Cecília; MENDONÇA FILHO, Manoel. **Estado democrático de direito e políticas públicas: estatal é necessariamente público?** Psicologia & Sociedade. 18 (2). P. 7-12. Maio/agosto de 2006.

MORAES, Nilson Alves de. **Museu e Museologia:** itinerários e enfrentamentos contemporâneos. [ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR MUSEOLOGY/ICOFOM (28)]. Alta Gracia / Córdoba [Argentina]. October 5-11, 2006. Coord. Hildegard K. Vieregk / [Mónica Gorgas]. Munich: ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM; ICOFOM STUDY SERIES – ISS 35. 2006. Org. and edited by Hildegard K. Vieregk, Monica Risnicoff de Gorgas, Regina Schiller, Martha Troncoso. Published on behalf of ICOFOM (ICOM/ International Committee for Museology) by Museo Nacional Estancia Jesuítica de Alta Gracia y Casa del Virrey Liniers. Alta Gracia, Cordoba, 2006. p. 99-107.

NOVAIS, Fernando A./ ALENCASTRO, Luiz Felipe. **História da Vida Privada no Brasil: Império.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997. – (História da Vida Privada no Brasil; 2).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

NUNES, Neila Ferraz Moreira. **A experiência eleitoral em Campos dos Goytacazes (1870-1889): Frequência Eleitoral e Perfil da População Votante.** DADOS, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 2, 2003, pp. 311 a 343.

OLIVE, R. George. **Patrimônio Intangível: considerações iniciais.** In: Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos / Regina Abreu, Mário Chagas

(orgs.) Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **As festas que a República manda guardar.** *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.4, 1989, p. 172-189.

\_\_\_\_\_. **Cultura é Patrimônio: um guia.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira & Identidade Nacional.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

PANTOJA, Silvia; PESSANHA, Diomar. **Reordenamento político e circulação das elites em Campos dos Goytacazes: representações social da imprensa local (1982-2004).** *Revista de Ciência Política*. Número 38. Julho/Agosto 2008.

PAOLI, Maria Célia. *Memória, História e Cidadania: direito ao passado.* In: São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania/ DPH.* São Paulo: DPH, 1992. p. 25-28.

PEREIRA PINTO, Jorge Renato. **Um pedaço de terra chamado Campos: sua geografia e seu progresso.** Campos dos Goytacazes – RJ: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2006. 2ª Ed., 212 p.

PESSANHA, Roberto Moraes (org.). **Campos dos Goytacazes “uma cidade para todos” – Análises e resoluções da 1ª Conferência Municipal em 2003 – Subsídios para a 2ª Conferência em 2005.** Campos dos Goytacazes, RJ: CEFET Campos, 2005.

POSTMAN, Neil. **A Ampliação do Conceito de Museu.** Conferência apresentada na Reunião Plenária de Abertura da Conferência Geral de Museus - ICOM. Háia, Holanda, 1989. Tradução ICOM/Brasil (1989). Revisão T. Scheiner (2006).

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

**Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da provincia do Rio de Janeiro na 1ª sessão da 13ª legislatura pelo presidente, o conselheiro Antonio Nicoláo Tolentino.** Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1858, pág. 86-88. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/788/000092.html>>. Acesso em: 16 de outubro de 2009.

RÉBÉRIOUX, Madeleine. *Lugares da Memória Operária.* In: São Paulo

(cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania/ DPH. São Paulo: DPH, 1992. p. 47 - 56.

REVEL, Judith. **Foucault: conceitos essenciais**. Tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez. Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005. 96 p.

RODRIGUES, Hervé Salgado. **Na Taba dos Goytacazes**. Niterói: Imprensa Oficial, 1988.

SCHEINER, Tereza Cristina. **Apolo e Psyché - O Museu como Espelho**. (extraído do 'Memória do Mundo, Memória do Homem'. In: **Apolo e Dionísio no Templo das Musas. Museu: gênese, idéia e representações na cultura ocidental**. Tese de Mestrado apresentada à UFRJ/ECO RJ, outubro de 1998, p. 40-49).

SCHEINER, Tereza Cristina. **Desvelando o Museu Interior**. (extraído de 'Razão e Paixão: a Modernidade no Museu'. In: **Apolo e Dionísio no Templo das Musas. Museu: gênese, idéia e representações na cultura ocidental**. Tese de Mestrado apresentada à UFRJ/ECO RJ, outubro de 1998, p. 84-93).

SCHEINER, Tereza Cristina. **Museu, Ecomuseu, nati-umseu: novas abordagens sobre patrimônio, sociedade e desenvolvimento**. Tradução T. Scheiner. Texto original publicado em inglês no livro *Communication and Exploration*. Guyang, China, 2005.

SILVA, Leonardo de Vasconcellos. **Um réquiem para o Canal Campos-Macaé**. Artigo publicado no Jornal Matéria Prima. Campos do Goytacazes-RJ, março/2000.

\_\_\_\_\_. **CTRL + C & CTRL + V**. Carta publicada no Jornal Folha da Manhã. Campos do Goytacazes-RJ, agosto/2001.

SILVA, Olga Brites. Memória, Preservação e Tradições Populares. In: São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania/ DPH. São Paulo: DPH, 1992. p. 17-20.

SILVA, Osório Peixoto. **Os momentos decisivos da História dos Campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social da PETROBRÁS, 1984. 80 p.

SOUSA, Horácio. **Cyclo Áureo: história do primeiro centenário de Campos**. Itaperuna: Damadá Editora, 1985. 2ª Edição. 332 p.

VARINE, Hughes de. **Repensando o Conceito de Museu.** Texto extraído de palestra proferida durante o Encontro ICOM/UNESCO sobre Museus e Comunidades. Jokmökk, Suécia, junho de 1986. Publicado em inglês no livro **Okosmuseumsboka**, de J. A. Gjestrum e M. Maure. Comitê Nac. do ICOM para a Noruega, 1988: 33-40. Publicação em português autorizada a T. Scheiner pelo autor e pelo editor. Tradução de T. Scheiner, em agosto de 1992.

WEICHERT, Karlheinz. **O Canal Campos-Macaé: obra ciclópica esquecida da engenharia nacional.** Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 166 (428): 261-303, jul./set. 2005.

WEINMANN, Amadeu de Oliveira. **Dispositivo: um solo para a subjetivação.** Psicologia & Sociedade; 18 (3): 16-22, set/dez. 2006.

#### **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:**

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política.** Trad.: Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985

CANDIOTTO, Cesar. **Verdade, Confissão e Desejo em Foucault.** Revista Observaciones Filosóficas, nº 04, 2007.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio.** São Paulo: UNESP/ Estação da Liberdade, 2001.

CULLER, Jonathan. **On deconstruction: theory and criticism after structuralism,** Ithaca: Cornell University Press, 1982.

DERRIDA, Jacques. **Posições.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001, 1ª Edição. 127 p.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes.** Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 18 nº. 51 Rio de Janeiro: 2003.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996.

GONÇALVES, Maria Célia da Silva. **O uso da metodologia qualitativa na construção do conhecimento científico.** Ciências & Cognição 2007; VOL 10: 199-203.

IANNI, Octávio. **Enigmas da modernidade-mundo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. **Labirinto de paradoxos: informação, museu e alienação.** Orientador: Pinheiro, Lena Vânia Ribeiro, Jardim, José

Maria. Rio de Janeiro, 1996. 159 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-IBICT. DEPUFRJ. Escola de Comunicação.

MARQUES, Eduardo César. **Redes sociais e poder no Estado brasileiro.** Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 21 nº. 60 Rio de Janeiro: 2006.

MARTINS, Heloísa Helena de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 287-298, maio/ago. 2004.

MAURE, Marc. **Ecomuseum: a mirror, a window, or a show-case?**

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde.** São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco. 1992.

ORTIZ, Renato. **Ciências Sociais e Trabalho Intelectual.** São Paulo: Olho d'Água, 2002.

RANGEL, Marcio Ferreira. **Museus citadinos e patrimônio.**

REIS, Elisa P. **Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas.** Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 18 nº. 51 Rio de Janeiro: 2003.

RESENDE, Flávio da Cunha. **Por que reformas administrativas falham?** Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 17 nº. 50 Rio de Janeiro: 2002.

SIMMEL, Georg. **On Individuality and Social Forms.** Chicago University Press, 1971.

VARINE, Hugues de. **Ecomuseology ad sustentable development.**

\_\_\_\_\_. **New museology and the de-Europeanization of museology.**

\_\_\_\_\_. **The origins of the new museology concept and of the ecomuseum word and concept, in the 1960s and the 1970s.**

WEINRICH, Harald. **Lete: arte e crítica do esquecimento.** Tradução de Lya Luft. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

XIANGGUANG, Song. **Como a teoria e a prática dos ecomuseus enriquecem a Museologia geral.**

YU, Huang Chun. **Uma questão crucial para os ecomuseus: a relação entre idealismo e realidade.** Tradução Priscila Zurita (2008). Revisão T. Scheiner.

ZUIN, Antônio Álvaro Soares. **Sobre a Atualidade do Conceito de Indústria Cultural.** Cad. CEDES v.21 nº 54 Campinas ago/2001.

## **ANEXOS**

## ANEXO I

“CARTA IV:

Campos, 28 de março de 1847.

Às 11 horas da noite.

A extensão do canal, que, conforme já disse n'uma das minhas anteriores, começa 500 braças pouco mais ou menos acima do porto da cidade de Macahé e desemboca ou se continúa no rio do mesmo nome, é de 43.807 braças, das quaes abrem-se por excavação 35.768, porque 8.038 que faltão para completar esse numero são comprehendidas em algumas grandes lagoas que elle atravessa e que o alimentão, a maior das quaes chama-se *Lagoa de Jesus* (nome seguramente mal cabido, porque quando o vento é forte, torna-se ella de tal sorte agitada e feroz, que mais parece lagoa do diabo). Esta lagoa, cujo diametro de uma á outra boca do canal é de 1.060 braças, está em meio caminho entre a fazenda de Quissamã e esta cidade, distando 4 leguas de cada um destes pontos: a *Lagoa de Piabanha*, outra notável das que se achão na continuidade do canal, não é mais pacifica que a sua collega, e se acha mais proxima desta cidade. Todavia, qualquer dellas, ou todas juntas são inferiores quer em extensão, quer em ferocidade á celebre *Lagoa Feia*, vasto oceano encravado nas terras do barão e de outros proprietários, e cujo nome lhe basta, da qual houve prudencia e acerto em desviar o curso do canal, fazendo-o passar pelas outras acima mencionadas. Já se vê pois que tendo o canal uma extensão de 14 leguas, pouco mais ou menos, e tendo a estrada que conduz d'ali a esta cidade uma de 16, ha um resultado a favor do primeiro, ou antes de quem por elle navegar, de quasi 2 leguas, accrescendo ainda que se verá livre das varzeas, lamaçaes, baixios, estivas e toda a mais caterva deste genero que se encontra por essa vasta estrada, e que em certas occasiões a torna quasi intransitavel: além de tudo, em vez de caminhar fatigado, receioso, enlameado e com risco de quebrar alguma perna ou do cavallo, viajará tranquillamente pelo canal, sentado ou deitado, como lhe aprouver, no fundo do toldo da sua piroga, que tem aqui o nome de prancha; comerá descansado e quando tiver vontade, e adormecerá ao som cadencioso

dos remos de voga, usados nesta navegação. E não são estas sómente as suas vantagens, como daqui ha pouco direi.

Da parte escavavel do canal ha completamente prompta e acabada uma porção de 20.333 braças em diferentes sitios, restando por abrir ou completar uma outra de 15.435, e destas ultimas mesmo ha algumas porções já promptas e outras em progressivo andamento, de modo que se calcula com bons dados que toda a obra se achará terminada para meados do anno de 1848. S.M.I. percorreo em sua viagem, sob o commodo e elegante toldo da sua imperial prancha, cerca de 9 leguas de canal, comprehendendo nestas as lagoas que fazem parte integrante delle e vindo terminar a sua *canalica* digressão no porto do Travage, d'onde já disse na minha passada que seguio no coche para a fazenda do Queimado. Embarcando em Macahé e saltando no porto do Barreto, primeira porção nabegavel do canal, andámos, segundo dizem os praticos, 2.400 braças; embarcando de novo no *Alto grande*, e indo a saltar em Quissaman, percorreo-se mais 6.000 braças daquellas que o diabo medio; e finalmente partindo de Quissaman para desembarcar em Travage amolou-se mais umas 18.000 e tantas, o que tudo sommado, da a tal cominha de 9 leguas que Deos Nosso Senhor permitta que não tenhamos mais de contar. Onze horas e meia dentro de uma prancha!!! Só por muito amor aos Campistas. E o caso é que elles o merecem! Esta magnifica obra, a primeira neste genero (por sua grandeza e difficuldades), que a provincia tem emprehendido, teve principio no dia 3 de março de 1845, sob a presidencia do senador Aurelianno, e o seu quasi maravilhoso progresso tem sido devido, pelo que me informão, tanto á actividade e animação do mesmo presidente, como ao zelo e perseverança dos cidadãos dos dous municipios limitrophes, que tem arrematado as diversas proções della, e aos esforços e sabedoria da commissão nomeada para superintender a estes trabalhos, composta dos cidadãos barão de Araruama, tenente-coronel João Carneiro da Silva, major Bento Gonçalves da Silva e o tenente coronel de engenheiros, encarregado do plano e disposições della, Ernesto Augusto Cezar Eduardo de Miranda”.

FREIRE, Reginaldo Moniz. **Itinerário da viagem de S. M. I. à província do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typografia Austral, 1847.



## ANEXO II

Reportagem do jornal Folha da Manhã sobre o projeto de reurbanização da cidade, elaborado em conjunto pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, Governo do Estado do Rio de Janeiro e Petrobras, onde a parte do Canal Campos-Macaé localizada no perímetro urbano central seria coberta.



, secre-  
laneja-  
terven-  
ito e na  
e cri-  
projeto  
ções.  
a e tem  
stadual  
já es-  
para o  
lo cens-  
sado e  
os.

## ção cial

a que  
rnaldo  
igário,  
dos por  
ida em  
vididas  
ão pre-  
lgumas  
uir um  
ortivas  
n com-  
lioteca  
biente.  
pressão  
ultrada.  
nto em  
da dar  
sas que

mpacto  
os pro-  
o, com  
ra, que  
contra-  
a obra;  
nharão  
l, além  
n áreas  
com as



**CANAL** Vista aérea do canal Campos-Macaé, coberto com palmeiras e ipês remanejados



**ARTE** Outro ângulo da Beira-Valão imaginada pelos arquitetos com obras de artistas locais

forma a  
rovia Ca  
tiga Le  
pécie d  
vairorqu  
sendo r  
dando l  
na de T  
escomb  
Antônio  
centro  
mação  
também  
ada e a  
máticos  
com a i  
outro q  
tura pre  
atual p  
gas.

— Va  
cidade  
as crian  
der teat  
anon, v  
prefeitu  
mas de  
prefeito

Exem  
mundo  
novo r  
para ma  
nal Can  
to, é ba  
lar chile  
sobre o  
plica d  
baía de  
lia e a p  
Salvado  
famosa  
Veneza  
interve  
de vidro  
mide pr  
a ser in  
São Sa  
nament  
Ali, ao  
Paris, a  
gar um



### ANEXO III

Construção do Parque Alberto Sampaio, em meados da década de 1980, cobrindo parte da área do Canal Campos-Macaé.







## ANEXO IV

### ROSINHA – PLANO BÁSICO DE GOVERNO – CAMPANHA 2008

CENTRO HISTÓRICO: “É uma covardia deixar nosso patrimônio histórico ser destruído. Quero que o centro histórico de Campos tenha o mesmo tratamento que tem o de Salvador, na Bahia”.

“O Centro Histórico de Campos terá, no governo Rosinha, a chance de ser reconstituído, e sua história publicada para ser distribuída às agências de turismo do Brasil e do mundo, objetivando sua inclusão nos roteiros turísticos nacionais e internacionais. ncias de turismo do Brasil e do mundo, objetivando sua inclus, na Bahia”

A história de Campos, desde a época em que era a capitania de São Tomé, na divisão de terras brasileiras em 1536, é riquíssima e deixou uma herança patrimonial que merece ser restaurada, preservada a pesquisada, além de ter o seu potencial econômico desenvolvido junto ao comércio local.

Estudos recentes comprovam que o comércio da área central de Campos atende a um público circulante anual de mais de 1 milhão e 600 mil pessoas, abrangendo cidades da região Norte e Noroeste Fluminense e Sul do Espírito Santo. Ciente da importância da preservação da área, Rosinha assume os seguintes compromissos:

1. Revitalizar o Centro Histórico, com estreitamento das ruas e alargamento das calçadas entre a rua Barão do Amazonas e a rua dos Andradas e da Beira-Rio (Praça das Quatro Jornadas) até a rua João Pessoa;
2. Substituir toda rede externa de energia e telefonia por redes subterrâneas, eliminando postes e fios a céu aberto;
3. Refazer, em parceria com a iniciativa privada, todas as calçadas, nivelando-as para que não haja ressaltos ou quaisquer obstáculos, como lixeiras, telefones públicos etc., que impeçam a livre circulação de pedestres;
4. Promover um concurso de projeto paisagístico para o Centro Histórico, juntamente com o Conselho Gestor da área, reunindo representantes dos empresários, moradores e poder público, para a escolha da melhor proposta;
5. Restaurar o Museu de Campos e, em parceria com instituições e/ou empresas privadas, a Lyra de Apolo;
6. Promover a redução de impostos para que os empresários reformem e

- mantenham sempre limpas as fachadas e calçadas dos seus estabelecimentos;
7. Criar programas e campanhas de incentivo à preservação do espaço público;
  8. Estabelecer, juntamente com o Conselho Gestor, horários para carga e descarga de mercadorias, evitando o estacionamento de veículos para esta finalidade nos espaços públicos da área central;
  9. Construir um novo Shopping Popular para os camelôs;
  10. Permitir o uso do espaço na Beira-Rio, em frente ao atual Terminal Urbano, como Praça de Alimentação, com iluminação adequada, banheiros públicos, segurança e padrões de higiene e limpeza;
  11. Implantar, em parceria com empresários, áreas de estacionamento de acordo com o Plano Diretor e o Conselho Gestor d Centro Histórico;
  12. Iluminar a Beira-Rio e refazer a calçada na XV de Novembro, dando segurança pública e proporcionando passeio de famílias à noite, feriados e fins de semana, quando o movimento comercial é reduzido, o que propicia a transformação do centro numa grande área de lazer;
  13. Estudar a viabilidade técnica para o chafariz da Praça das Quatro Jornadas voltar a funcionar, com segurança 24 horas, para evitar depredações;
  14. Promover, nos espaços abertos (Praça Tiradentes, Praça São Salvador, Calçadão e Praça de Alimentação) diversas apresentações artísticas;
  15. Promover o turismo cultural no Centro Histórico, a exemplo do que ocorre em diversos locais do Brasil e do mundo, criando um marketing voltado para as pessoas interessadas em incluir a cidade em roteiros de viagens”.

## CULTURA

“Com uma cultura riquíssima, diversificada e reconhecida no cenário nacional e internacional do século XIX até os dias atuais, Campos vive, hoje, um momento histórico de baixa-estima e estagnação dos movimentos culturais.

Diante desse quadro desalentador, Rosinha assume o compromisso de desenvolver projetos e criar ações imediatas para recuperar e preservar o patrimônio histórico/cultural e incentivar todas as manifestações culturais do nosso povo:

1. A articulação entre os órgãos gestores da cultura, com o apoio dos governos estadual, federal e a iniciativa privada, para um amplo projeto de revitalização

das artes e manifestações culturais do município, com abertura de espaços públicos, criação de um calendário anual de eventos com feiras de artes e artesanato e festivais de teatro, música e dança e mostras regionais e nacionais de cinema e vídeo, Bienal do Livro e grandes fóruns nacionais e internacionais de discussão cultural;

2. Realizar a Bienal do Livro em espaço adequado e em parceria com universidades e instituições municipais, estaduais e federais na esfera da literatura, tornando o evento um feito de projeção nacional;

3. Reformar o Palácio da Cultura, com projetos paisagísticos e de iluminação para que se torne um espaço bonito, agradável e funcional, proporcionando conforto e comodidade aos usuários;

4. Aproveitar as estações ferroviárias no interior (a exemplo de Goitacazes e Conselheiro Josino) para centros culturais que ofereçam oficinas de música, dança e teatro, dotando-os de biblioteca, internet e atividades artísticas e literárias, com apresentação de grupos teatrais, músicos e contadores de histórias, envolvendo as comunidades, principalmente as unidades escolares;

5. Construção de uma concha acústica, num local central, com uma programação voltada para a apresentação das diversas manifestações culturais do município e a realização de festivais de música, poesia, teatro e dança;

6. Democratizar os espaços públicos para que sejam utilizados por artistas das mais diversas áreas, fazendo retornar às praças públicas as manifestações culturais, como as tradicionais e centenárias bandas e fanfarras;

7. Valorizar os músicos locais de diferentes estilos, promovendo e divulgando na mídia grandes encontros anuais de rock, blues, MPB e samba de raiz, com gravação de DVDs ao vivo;

8. Fazer o inventário das famílias quilombolas, situadas na região do Baixo Imbé (Conceição, Cambucá, Aleluia); Alto Imbé (Carumbi), Quilombo (Conselheiro Josino), Quilombo (Dores de Macabu). Criar ações para que os problemas destas famílias sejam resolvidos pela Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Social;

9. Fazer o inventário de todas as famílias que foram expulsas das terras pelos latifundiários depois da abolição da escravatura e que ainda mantém, por tradição, seus princípios matriarcais, e também de todas as manifestações

folclóricas de raiz, periférica e/ou de massa em todo o município, dos grupos folclóricos e contadores de histórias voltados para a representação simbólica, das atividades culturais periféricas e/ou de massa (de natureza popular) existentes, criação de um programa de incentivo a estas pessoas, grupos ou companhias, para que possam continuar realizando o seu trabalho de grande importância cultural, e firmar parcerias com os centros de pesquisas científicas das universidades para o desenvolvimento de pesquisas qualitativas e quantitativas em todos os níveis, viabilizando esses inventários;

10. Criação do “Museu do Açúcar”, com os acervos das usinas já inoperantes, de antigos banguês e engenhos, instrumentos de senzalas, implementos usados no trabalho, na culinária (iguarias e doces), na caça e pesca, além de objetos servíveis às lides no campo e na cidade, escoradas na força do boi e do cavalo, como meios de transporte de canas, café, açúcar e produções agrícolas e manufaturadas;

11. Reestruturar o Carnaval em moldes e regulamento que proporcionem a participação de toda a sociedade envolvida com essa manifestação cultural, em espaço adequado, após ampla discussão com as entidades carnavalescas e instituições que possam contribuir para sua revitalização;

12. Relançar obras antológicas, fontes imprescindíveis de pesquisa e de importância histórica fundamental, a exemplo de A Terra Goitacá, de Lamego; O homem e a restinga e O homem e o brejo, de Lamego Filho; O bairro do Caju, de Oswaldo Lima; Cyclo Áureo, de Horácio Souza, dentre muitos outros cujas edições estão esgotadas há décadas;

13. Cumprimento integral da lei que prevê a edição de obras de autores campistas ou aqui radicados e que tratem de assuntos de interesse do norte/noroeste fluminense ou que sejam considerados relevantes para a cultura regional, mediante avaliação do Conselho Editorial do Departamento de Literatura da Fundação Oswaldo Lima;

14. Criação da Escola Municipal de Música, dando preferência aos professores habilitados no município;

15. Criação de curso permanente de teatro, em parceria com escolas de artes cênicas tradicionais no âmbito estadual e federal;

16. Restaurar o prédio do Museu Campos dos Goytacazes e da sede da Lyra de Apolo, com vistas à revitalização do Centro Histórico, conforme estabelecido



em parceria com as entidades representativas dos comerciantes e moradores da área;

17. Criação de uma escola de teatro, nos moldes da Martins Peña, do Rio de Janeiro, com a qual será firmado convênio para implantação dos cursos e emissão de certificados;

18. implantação do projeto Cultura Sobre Rodas, com a aquisição de um caminhão com carroceria adaptada para se transformar em palco, com sistema de luz e som, tendas de fácil montagem e desmontagem, telão para filmes e mini-biblioteca, com apresentação, alternada, de trupes de circo, teatro, dança e grupos musicais nos distritos e locais interioranos;

19. Término das obras do Teatro Trianon (em seu entorno) com salas de vídeo, sala de exposições, cyber café, enfim, tudo que foi planejado pelo prefeito Garotinho e nunca concretizado e, também, a criação do corpo de baile, orquestra e coral municipal;

20. Criação de um Marketing Cultural que promova o turismo cultural aos prédios históricos do município, com atrativos que insiram a cidade nos calendários nacionais e internacionais do turismo cultural, há muito uma fonte de divisas.